

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

GABRIEL RAZO DA CUNHA

**A comunicação comunitária e o direito humano à comunicação:  
as experiências da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros**

São Paulo  
2020

GABRIEL RAZO DA CUNHA

**A comunicação comunitária e o direito humano à comunicação:  
as experiências da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Licenciatura em Educomunicação, apresentado ao Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Licenciado em Educomunicação.

Área de Concentração: Educomunicação

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Lago

São Paulo  
2020

Nome: Gabriel Razo da Cunha

Título: A comunicação comunitária e o direito humano à comunicação: as experiências da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Licenciado em Educomunicação.

Aprovado em: 21/12/2020

### **Banca Examinadora**

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Lago

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Assinatura: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Patrícia Horta Alves

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Mestre Evelyn Medeiros Kazan

Instituição: Grupo de Pesquisa AlterGen da Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

“Eu não posso te deixar bens materiais, mas posso te deixar educação. Educação ninguém tira da gente”. Agradeço minha mãe, Angela Aparecida Razo da Cunha e meu pai, Liberato Luiz da Cunha Junior, que me estimularam a estudar e me deram a melhor educação que podiam oferecer. Agradeço aos meus irmãos e irmã, amigas e avó, pessoas importantes em minha vida e que também estiveram comigo nesta caminhada.

Agradeço minhas/meus queridas/os amigas/os da Licenciatura em Educomunicação: Denise, Henrique, Marina, Nelson, Juliana, Tainah e Yasmin. Durante estes anos compartilhados, construímos, pautamos, aprendemos e conquistamos coletivamente.

Agradeço a minha querida orientadora Profa. Dra. Claudia Lago, educadora que esteve presente em minha formação desde o primeiro semestre, onde compartilhamos experiências para além deste trabalho.

Agradeço o time IBEAC, Vera, Fernanda, Glaucia, Val, Flávia, Lidiane, em especial Bel e Claudia, que aceitaram participar das entrevistas para este trabalho. Todas elas são mulheres com quem aprendo muito e que estão sendo essenciais para o meu crescimento profissional e humano.

Meus agradecimentos ao Alef, Mara e Rafaela, pessoas inspiradoras que também aceitaram participar das entrevistas, ao time em Parelheiros e ao conselho editorial do Vozes Daqui de Parelheiros, grandes educadores e educadoras sociais que me inspiram.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que estiveram comigo, me incentivando e apoiando. Nenhuma caminhada é solitária. A minha caminhada é coletiva.

## RESUMO

Apesar de diversos textos legais e documentos internacionais pautarem o direito à comunicação, dados atualizados revelam o oligopólio dos meios de comunicação e apontam que a consolidação deste direito ainda está muito longe de ser alcançada no Brasil. Partindo deste contexto, ancorando-se nos conceitos de comunicação e comunicação comunitária, e na perspectiva da Educomunicação, o trabalho busca evidenciar a importância da comunicação como direito para uma sociedade mais democrática, enfocando experiência de comunicação comunitária. A partir da pesquisa participante, investiga as experiências de jovens e da organização social envolvidos na Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros, analisando a prática da comunicação comunitária, apontando os desafios, as potencialidades, as motivações e a importância de se estimular a comunicação comunitária para avançar na garantia do direito à comunicação enquanto parte dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Educomunicação; Comunicação; Comunicação Comunitária; Direitos Humanos; Agência Vozes Daqui de Parelheiros.

## **ABSTRACT**

Although several legal texts and international documents are guidelines to the Communication Rights, updated data reveal the media oligopoly and point out that the consolidation of this right is still very far from being achieved in Brazil. Starting from this context, anchored in the concepts of communication and community communication, and in the Educommunication's perspective, the work seeks to highlight the importance of communication as a right for to build a more democratic society, focusing on the experience of community communication. Using participatory research, it investigates the experiences of young people and the social organization involved in the Community Communication Agency Vozes Daqui de Parelheiros, analyzing the practice of community communication, pointing out the challenges, potentialities, motivations, and the importance of stimulating community communication to guarantee the right to communication as a part of the Human Rights.

**Keywords:** Educommunication; Communication; Community Communication ; Human Rights; Vozes Daqui de Parelheiros Agency.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

CUNHA, Gabriel Razo Cunha da

A comunicação comunitária e o direito humano à comunicação:  
as experiências da Agência de Comunicação Comunitária Vozes  
Daqui de Parelheiros / Gabriel Razo Cunha da CUNHA ;  
orientador, Claudia Lago. -- São Paulo, 2020.

83 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento  
de Comunicações e Artes/Escola de Comunicações e Artes /  
Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Educomunicação 2. Comunicação 3. Comunicação Comunitária  
4. Direitos Humanos 5. Agência Vozes Daqui de Parelheiros  
I. Lago, Claudia II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

---

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1. O ACESSO À COMUNICAÇÃO NO BRASIL</b> .....	12
<b>1.1. Breve panorama do direito à comunicação</b> .....	12
<b>1.2. Como se organiza a comunicação no Brasil?</b> .....	17
<b>2. CONCEITOS NORTEADORES DE COMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA</b> .....	23
<b>2.1. O que é o ato de comunicar?</b> .....	23
<b>2.2. Conceitos e características da comunicação comunitária</b> .....	27
<b>3. ASPECTOS METODOLÓGICOS, O TERRITÓRIO DE PARELHEIROS E A AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA VOZES DAQUI DE PARELHEIROS</b> .....	31
<b>3.1. Aspectos Metodológicos</b> .....	31
<b>3.2. Sobre o território de Parelheiros</b> .....	34
<b>3.3. A Organização: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário</b> .....	37
<b>3.4. A Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui De Parelheiros: histórico e constituição</b> .....	42
<b>4. AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA VOZES DAQUI DE PARELHEIROS: O DESENVOLVIMENTO DOS SUJEITOS, DO TERRITÓRIO E DE SUAS AÇÕES</b> .....	52
<b>4.1. Por que estimular a comunicação comunitária?</b> .....	53
<b>4.2. Por que fazer comunicação comunitária?</b> .....	57
<b>4.3. As potencialidades da comunicação comunitária</b> .....	58
<b>4.4. Os desafios enfrentados na comunicação comunitária</b> .....	61
<b>4.5. O Comunicador Comunitário</b> .....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	70
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	75
<b>ANEXOS</b> .....	80

## INTRODUÇÃO

A comunicação popular e comunitária é um tema presente nas discussões do campo da Educomunicação. Em sua epistemologia encontram-se importantes autores/as que discutiram a comunicação popular e comunitária. Já a *práxis* educacional pressupõe a autonomia dos sujeitos, a troca de saberes, a ênfase nos processos, entendendo a educação também como um processo comunicativo, e vice e versa. Estes pressupostos de uma prática libertária também estão presentes no conceito de comunicação comunitária. Ainda, a educomunicação engloba o tema transversal dos direitos humanos e pensa a comunicação como um direito, o que possibilita um outro olhar para as práticas que os profissionais do campo venham a desenvolver.

A minha trajetória na Licenciatura em Educomunicação oportunizou experiências ligadas à comunicação e educação popular/comunitária e à defesa dos direitos humanos, experiências que me fizeram refletir conceitualmente e empiricamente sobre estes temas.

No ano em que a Licenciatura em Educomunicação comemorava seu 7º aniversário, integrei a comissão organizadora da “Semana Educom 2018: Educação e Comunicação na potência da quebrada”<sup>1</sup>, uma iniciativa dos discentes desta graduação. Nosso curso tem sua trajetória marcada por projetos e pesquisas desenvolvidas no âmbito da comunicação popular e comunitária. Portanto, nos interessava conhecer e compartilhar experiências de comunicação e educação popular e comunitária desenvolvidas nas periferias de São Paulo, dialogando com diversos coletivos e organizações que têm muito a nos inspirar em nossas práticas.

Neste mesmo ano produzimos um curta metragem em grupo como parte das exigências da disciplina “CCA0296 Produção de Suportes Midiáticos Para a Educação”<sup>2</sup>, ministrada pelo Prof. Dr. Richard Romancini, no 3º semestre da graduação. O filme foi colaborativamente produzido com o Slam Tiquatira<sup>3</sup>, um movimento de comunicação popular que atua na construção e circulação de conhecimentos coletivos, através da criação cultural e artística. O contato com o movimento foi outra oportunidade de conhecer práticas que utilizam também a oralidade como exercício da comunicação.

---

<sup>1</sup> Disponível em <[www.facebook.com/events/1884769695161477/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/1884769695161477/?active_tab=discussion)>. Acesso em 06 out. 2020

<sup>2</sup> Disponível em <<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=CCA0296&print=true>>. Acesso em 06 out. 2020

<sup>3</sup> Atuando na Zona Leste da capital paulista, o Slam Tiquatira surgiu pela iniciativa de estudantes da ETEC Tiquatira, em 2017.

Entre 2018 e 2019, integrei a Comissão de Direitos Humanos da Escola de Comunicações e Artes<sup>4</sup>, da Universidade de São Paulo, na qualidade de representante discente. Durante este período a Comissão buscava uma atuação que não só acolhesse vítimas e apurasse denúncias de violações de direitos, mas também a promoção de atividades educativas e de formação a respeito dos direitos humanos para a comunidade ecana. O contato com Comissão possibilitou a experiência na perspectiva da educação em direitos humanos. Construir espaços de convivência plural e respeitosa é necessário para a vida coletiva e democrática, onde os sujeitos precisam estar conscientes de seus direitos e deveres. Portanto, estabelecer diálogos a respeito das discriminações vividas pelos grupos, discutindo e buscando uma sociedade que respeite e conviva com as diferenças, também faz parte da *práxis* do educador.

No ano de 2019 as disciplinas “CCA0316 Metodologia de Ensino da Comunicação com Estágio Supervisionado”, cursada no primeiro semestre e ministrada pela Profa. Dra. Maria Cristina Palma Mungiolli e, no segundo semestre, a “CCA0308 Metodologia do Ensino da Educomunicação com Estágio Supervisionado”, ministrada pelo Prof. Dr. Claudemir Edson Viana permitiram o estágio na Escola Estadual Emygdio de Barros, localizada na Zona Oeste da capital paulista. Estes estágios foram cruciais para minha formação, sendo momentos marcantes na minha trajetória na licenciatura. No primeiro, além do estágio de observação, elaboramos uma proposta de intervenção que fosse aplicada no segundo semestre. A partir da demanda da própria instituição em concorrer no Festival de Cinema da Diretoria de Ensino da Região Centro Oeste, realizado com os alunos do período da manhã, propusemos oficinas de conhecimento da linguagem e técnica audiovisual, além da discussão e reflexão sobre o tema proposto pelo festival: A Liberdade. O trabalho para o festival resultou em um curta metragem de um minuto, onde estudantes denunciaram a violência policial através do filme, vencendo nas categorias Melhor Atuação e Melhor Fotografia. Alguns meses depois, noticiada pelos próprios alunos em suas redes e nos principais veículos de comunicação, uma ação policial violenta e desmedida aconteceu nesta escola. Dois alunos do período noturno foram agredidos por policiais, o que resultou em um protesto organizado por estudantes. Tomei contato mais uma vez com a importância de acessar as mídias para que os grupos marginalizados também produzam suas narrativas.

Todos esses processos me fizeram compreender e conhecer a educomunicação na prática e também compreender que a atuação e o compromisso com os direitos humanos são imprescindíveis para a ação educacional. Compreender, verdadeiramente, que o respeito

---

<sup>4</sup> Disponível em <<http://www3.eca.usp.br/cdh>>. Acesso em 06 out. 2020.

à autonomia dos sujeitos, a valorização de seus repertórios, o diálogo e a horizontalidade são pressupostos da educomunicação.

O campo da educomunicação está permeado pela comunicação popular/comunitária, inclusive a Licenciatura em Educomunicação. Tem Mário Kaplún e Paulo Freire presentes em sua epistemologia, autores que dedicaram seus estudos e/ou práticas à comunicação popular. Destaca-se, por exemplo, o projeto Educom.Rádio<sup>5</sup>, realizado em 2001, que envolveu 12 mil educadores, estudantes e demais membros das comunidades educativas de 455 escolas da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo, com o objetivo de superar a violência em um trabalho colaborativo entre a comunidade escolar a partir da linguagem radiofônica. Teve duração de três anos e contou com 200 especialistas formadores do Núcleo de Comunicação e Educação - ECA/USP.

Portanto, com este trabalho, objetivo contribuir para o debate sobre a importância de se pensar, estimular e defender o direito humano à comunicação, bem como compreender e compartilhar a relevância dos estudos a respeito da comunicação popular/comunitária para o campo da Educomunicação. Este objetivo se realiza a partir de uma pesquisa participante junto à Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros, projeto desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de estudos e Apoio Comunitário – IBEAC<sup>6</sup> junto à comunidade de Parelheiros, Organização da qual sou estagiário de comunicação e educomunicação desde 2019.

O primeiro capítulo do presente trabalho trará um panorama histórico a respeito das lutas pelo direito humano à comunicação a partir de pesquisas e de documentos oficiais e legais. Em seguida, apresento alguns dados que revelam a concentração dos meios de comunicação no País.

O segundo capítulo irá se dedicar à uma revisão sobre os conceitos de comunicação e comunicação comunitária, conceitos estes que guiarão as análises do trabalho. Neste momento, recorreremos aos autores e autoras presentes na epistemologia da Educomunicação, tendo como base as pesquisas desenvolvidas por teóricos da comunicação, educação e educomunicação, como Cicilia M. Krohling Peruzzo (2007, 2009a e 2009b), Mario Kaplún (1985) e Paulo Freire (2013, 2019a e 2019b) e outros/as que falam sobre práticas de comunicação comunitária.

O terceiro capítulo apresentará os aspectos metodológicos deste trabalho, explicando a adesão à pesquisa participativa. Em seguida, trará dados e informações à respeito do território

---

<sup>5</sup> Sobre o projeto Educom.Rádio, ver Educom.Rádio, disponível em <<http://www.usp.br/nce/?wcp=oquefazemos/texto,4,14,30>>. acesso em 21 nov. 2020.

<sup>6</sup> O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC é uma Organização Social sem fins lucrativos localizada em São Paulo que tem como missão o fortalecimento e a garantia dos direitos humanos. No ano de 2020 completa 39 anos de atuação e há 12 anos atua em Parelheiros, distrito do Município de São Paulo.

de Parelheiros, do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário - IBEAC, bem como da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros<sup>7</sup>, seu histórico, projeto teórico e desenvolvimento prático.

O quarto capítulo será dedicado a apresentar os resultados e analisar as entrevistas realizadas com os/as membros/as do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário - IBEAC e integrantes das produções da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros.

Por fim é importante destacar que este trabalho não buscou uma análise de conteúdo das produções da Agência. O que nos interessou foi compreender o papel da Organização Social na promoção da comunicação comunitária no território onde atua, uma vez que movimentos de comunicação popular/comunitária têm surgido a partir das relações estabelecidas entre os movimentos sociais, as comunidades e Organizações Sociais. Ainda, o trabalho buscou entender como as membras da organização compreendem a comunicação comunitária e o direito humano à comunicação. Também buscamos entender as motivações dos/as comunitários/as em participar da Agência e como esses/as se apropriam, compreendem e exercem a comunicação comunitária. As falas obtidas nas entrevistas com interagentes do projeto também nos ajudaram a ver quais são as potencialidades da comunicação comunitária no desenvolvimento pessoal, coletivo e do território. Ainda, vimos as principais dificuldades que atravessam a constituição, consolidação, as relações e as práticas da comunicação popular/comunitária. Por fim, a partir das experiências relatadas pela juventude entrevistada, foi possível traçar algumas características do/a comunicador/a comunitário/a.

O presente trabalho é uma reflexão a partir de uma intervenção que busca questionar o oligopólio da comunicação, reivindicando esta como direito humano e apontando a comunicação comunitária como possibilidade para sua efetivação, e, espero, contribuindo para o alargamento do tema no campo da comunicação e educomunicação.

---

<sup>7</sup> A Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros é um projeto de comunicação comunitária desenvolvido desde 2020 pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC em parceria com a comunidade de Parelheiros, com o principal objetivo de democratizar o acesso à comunicação na comunidade.

## 1. O ACESSO À COMUNICAÇÃO NO BRASIL

Antes de iniciarmos a discussão teórica e conceitual a respeito da comunicação comunitária, traçaremos um breve panorama do direito à comunicação no mundo e, em seguida, problematizaremos o acesso aos meios de comunicação no país, a partir de dados obtidos em pesquisas e monitoramentos.

Organizado em duas partes, a primeira seção deste capítulo tem por objetivo compreender o debate no cenário nacional e internacional a respeito do direito à comunicação, quais são as bases legais que sustentam este direito e o quanto esta discussão avançou, limitando-se a expor apenas alguns marcos para uma discussão inicial do tema, não contemplando sua totalidade. A segunda seção buscará apresentar os dados de acesso à comunicação no Brasil, a fim de compreender a atualidade e emergência da discussão.

### 1.1. Breve panorama do direito à comunicação

Ao longo das últimas décadas, o direito humano à comunicação tem sido discutido e reconhecido em diversos instrumentos legais e órgãos internacionais. Porém, dois conceitos anteriores inauguram este debate: o direito à informação e à liberdade de expressão.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 traz em seu artigo 19 que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. (UNITED NATIONS HUMANS RIGHTS, 1998, on-line)<sup>8</sup>.

Porém, estes dois conceitos foram entendidos como insuficientes, uma vez que não contemplavam o exercício da comunicação em toda sua complexidade (VANNUCHI, 2018, p. 169). A recepção da informação não denota um processo comunicativo, uma vez que receber informação significa que alguém ou alguma coisa tem uma mensagem e esta mensagem chega ao receptor, que não troca qualquer informação ou interage com o emissor. Há uma percepção de que somente receber a informação já não garante o exercício da comunicação, essencial para a dignidade humana, como explica Vannuchi (2018):

---

<sup>8</sup> Apesar do documento estar em língua estrangeira, ou seja, em Inglês, o site disponibiliza a versão em língua portuguesa traduzida pela United Nations Information Centre, Portugal.

As leis de transparência, por exemplo, buscam garantir o direito à informação, mas não chegam a interferir na cadeia de produção da comunicação social. O próprio conceito de direito à informação é normalmente percebido como direito de ser informado, de receber informação. Coisa distinta é o “direito de comunicar”, concebido nos anos 1970. (VANNUCHI, 2018, p. 170)

É neste contexto em que as discussões a respeito do direito à comunicação começam a ganhar espaço, principalmente após o Relatório MacBride<sup>9</sup> ou, como também é conhecido, “Um Mundo e Muitas Vozes”, publicado nos anos de 1980 pela Unesco, documento que discute questões importantes relacionadas a falta de acesso à comunicação e a relação unidirecional do fluxo da informação (ALCURI; LUGON; CARVALHO; ZÔRZO, 2012, p. 143). Porém, o relatório não foi aceito por todos os países-membros:

O relatório causou polêmica, porque alguns países, como os Estados Unidos, a Inglaterra e o Japão, alegavam que defender “políticas públicas de comunicação” poderia gerar uma intervenção indevida dos Estados no livre fluxo de informações. Por conta dessa polêmica, esses países saíram da Unesco em 1985 – os Estados Unidos só retornariam em 2002 – e o debate sobre este novo direito à comunicação ficou de fora das discussões internacionais. (CAMBA, 2015, p. 15)

Este foi um momento muito importante para o debate e conceitualização a respeito do direito humano à comunicação, tornando mais evidente quais são as diretrizes que contemplam este conceito. Segundo Vannuchi (2018, p. 172):

O direito à comunicação começa então a se firmar no âmbito internacional, primeiramente como retórica, e, só mais tarde, como lei. O conceito abarca uma série de liberdades relativas à ação comunicativa. São diretrizes do direito à comunicação a garantia de instrumentos que promovam (1) o intercâmbio de informação, (2) entre emissor e receptor e também entre receptor e emissor, (3) com acesso amplo por todos os indivíduos e grupos sociais, independentemente de classe, gênero ou origem, e (4) resguardadas a capacidade de interação, cooperação e direito de influir.

O Relatório MacBride provocou um alargamento nas discussões a respeito do direito humano de se comunicar, questionando o acesso aos meios, apontando a necessidade de uma

---

<sup>9</sup> Segundo Alcuri; Lugon; Carvalho; Zôrzo, (2012, p. 147) o Relatório MacBride surge a partir de discussões levantadas pela Comissão MacBride a respeito das dificuldades de implementação dos direitos fundamentais, uma vez que estes já haviam sido definidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, incluindo o direito à comunicação.

comunicação mais democrática, ampliando seu acesso à vários grupos, objetivando uma democracia efetiva.

No Brasil, o conceito de direito à comunicação aparece na Constituição Federal de 1988, criada após a ditadura militar, período em que a censura aos meios de comunicação era constante. É no artigo 5º, onde se estabelecem os direitos fundamentais, que o direito à liberdade de comunicação aparece: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988, Art. 5º). Apesar da abordagem ser curta, prever a liberdade de se comunicar na Constituição Federal é de extrema importância, já que é ela quem serve de base para a criação de todas as leis no Brasil.

Mas é em 21 de dezembro de 2009 que o direito à comunicação é oficialmente reconhecido no Brasil, através do Decreto nº 7.037, que instituiu a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos. A Diretriz 22 carrega uma importância por evidenciar a garantia do direito à comunicação, de forma ampla e não apenas o direito à informação: “Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos” (BRASIL, 2009, Online) traz o texto desta diretriz.

Mais recentemente, em 2015 a Organização das Nações Unidas estabeleceu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a partir da reunião com lideranças mundiais. A Agenda estabelece um plano de ação que visa a erradicação da pobreza, a proteção do planeta, e a garantia de que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, através de um conjunto de 17 objetivos a serem cumpridos por todas as pessoas até o ano de 2030. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, vários tangem a comunicação. Segundo a Plataforma Agenda 2030<sup>10</sup>, o Objetivo 4 - Educação de Qualidade, por exemplo, estabelece:

4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento. (PLATAFORMA AGENDA 2030, s.d., Online)

O quinto objetivo, que prevê a Igualdade de Gênero, diz “5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres” (PLATAFORMA AGENDA 2030, s.d., Online).

---

<sup>10</sup> Sobre a Agenda 2030, ver Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 03 out. 2020.

O objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, prevê em sua meta 9.c “Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020” (PLATAFORMA AGENDA 2030, s.d., Online).

Por último, a Meta 17.8, do 17º Objetivo - Parcerias e Meios de Implementação pretende:

“Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação” (PLATAFORMA AGENDA 2030, s.d., Online).

Algumas metas presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas que dedicam sua preocupação à comunicação previam alcançá-las no prazo de cinco anos, em 2020 como o acesso à internet (PLATAFORMA AGENDA 2030, s.d., Online), por exemplo, mas que claramente não foram alcançadas, como veremos na seção 1.2 deste trabalho.

Assim como estes, outros instrumentos têm sido criados e que implicam no alargamento das discussões e reivindicações pelo direito à comunicação. As agendas de movimentos sociais, ações das organizações da sociedade civil e grupos populares têm buscado estratégias para denunciar o oligopólio da comunicação, reivindicando direito de acesso, uma vez que democratizar os meios de comunicação e garantir o acesso amplo à internet é cada vez mais urgente e necessário.

Contudo, ainda os meios de comunicação no Brasil estão concentrados sob o poder de poucos grupos que os controlam. Apesar de serem marcos históricos e políticos importantes, o país possui leis desatualizadas que regulamentem os meios de comunicação:

Sem leis atualizadas nem Constituição regulamentada, cria-se um círculo vicioso, no qual a liberdade de expressão e o direito à informação tendem a ficar sujeitos ao poder econômico e político. O sistema poderia ser diferente se seguisse outras regras que respeitassem a Constituição de 1988. Com a regulamentação do texto constitucional, o Brasil poderia, por exemplo, definir o que são monopólios no campo da comunicação, qual o percentual mínimo de programação regional deveria ser veiculado pelas emissoras e como se daria, na prática, a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. (CAMBA, 2015, p. 17)

Outro marco importante no que diz respeito à democratização dos serviços de telecomunicações no Brasil, incluindo a internet, foi o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, criado e regulamentado pela Lei nº 9998/2000, com o objetivo de “levar infraestrutura de telecomunicações especialmente para a população de baixa renda em regiões onde os serviços não seriam normalmente prestados pelas empresas privadas em razão dos custos e do baixo retorno sobre o investimento.” (COALIZÃO DIREITOS NA REDE, 2020, On-line). Mesmo sendo uma normativa importante para a democratização destes serviços, e arrecadando uma importância financeira significativa, o Fundo não tem sido destinado e aplicado para seu devido fim:

Financiado principalmente a partir da contribuição de 1% sobre a receita bruta das operadoras de serviços de telecomunicações, o total arrecadado com o FUST superou R\$ 21,8 bilhões desde 2001. Somente no ano de 2019, o FUST acumulou cerca de R\$ 794,1 milhões, mas esses recursos nunca foram usados para projetos e atividades associados às metas de universalização da infraestrutura que dá suporte à conexão em banda larga. Por estar atrelado ao orçamento federal, todos os anos os recursos acabam sendo contingenciados e redirecionados para outras finalidades, como o pagamento da dívida pública. O resultado é que muitas políticas públicas e iniciativas de expansão das redes de telecomunicações que dão suporte à Internet para partes do país onde o acesso é precário acabam naufragando devido à falta de financiamento. (COALIZÃO DIREITOS NA REDE, 2020, On-line)

Os recursos que seriam destinados ao financiamento de políticas públicas e iniciativas que garantam o acesso à internet e outros serviços de telecomunicação, ao se tornarem indisponíveis, impedem a concretização dessas ações (COALIZÃO DIREITOS NA REDE, 2020, On-line). Como alternativa foi proposto o Projeto de Lei nº. 172/2020, que tem por objetivo constituir um conselho gestor para administrar o fundo:

O Projeto de Lei nº. 172/2020 busca alterar essa situação na medida em que estabelece como finalidade do FUST o financiamento da expansão, uso e melhoria das redes e serviços de telecomunicações em áreas rurais e urbanas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Isso significa que os recursos podem ser aplicados em redes fixas de alta velocidade, com uso compartilhado, garantindo a concorrência e levando banda larga fixa e móvel para lugares onde hoje o serviço não chega com a qualidade e preço adequados para o exercício pleno da cidadania, conforme já está previsto no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014<sup>11</sup>). (COALIZÃO DIREITOS NA REDE, 2020, On-line)

---

<sup>11</sup> Sobre o Marco Civil da Internet, acessar Lei nº 12.965/2014. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm)>.

Ainda, segundo a nota do Coalizão Direitos na Rede (2020, on-line), o Projeto de Lei nº. 172/2020 propõe que o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) seja destinado para “[...] projetos estruturais, planos, atividades diversas voltadas para serviços de telecomunicações, políticas de inovação e **iniciativas comunitárias** para áreas rurais e urbanas infoexcluídas ou em estado de vulnerabilidade social.” (COALIZÃO DIREITOS NA REDE, 2020, Online, destaque nosso), garantindo a ampliação da participação social na execução de projetos, tanto por parte da iniciativa privada quanto por organizações sociais, instituições de ensino público ou sem fins lucrativos, tendo tais projetos analisados, aprovados e fiscalizados por um Conselho Gestor formado também pela sociedade civil (COALIZÃO DIREITOS NA REDE, 2020, On-line).

Esta nova estrutura proposta pela PL 172/2020 parece garantir mais acesso da sociedade aos recursos do Fundo através de projetos e ações. Chama a atenção a possibilidade, prevista na PL, de iniciativas comunitárias acessarem estes recursos, o que aponta para mais ferramentas que financiam e fomentam projetos de comunicação comunitária nos territórios.

A seguir aprofundaremos outro aspecto importante da questão do direito à comunicação, que é o controle dos principais meios. A seção trará alguns dados a respeito dos veículos e segmentos de comunicação, e os grupos que as controlam, a fim de problematizar a forma como o sistema se organiza enquanto oligopólios no País, para em seguida refletir sobre o acesso e utilização da internet, essencial para pensar não apenas os sistemas tradicionais de comunicação, mas especialmente os novos arranjos (FIGARO; NONATO, 2017) possíveis, que podem ser usados e apropriados por grupos sociais marginalizados.

## **1.2. Como se organiza a comunicação no Brasil?**

Os textos legais e os documentos internacionais expostos no capítulo anterior evidenciam um trajeto histórico e político do direito à comunicação evidenciando a atualidade e importância de se pensar este direito. Portanto, é importante refletir a respeito da possibilidade de acesso democrático aos meios de comunicação, pelo conjunto da população brasileira.

Os meios de comunicação no Brasil estão concentrados nas mãos de empresas privadas e sob o oligopólio de poucos grupos que os controlam. O projeto *Media Ownership Monitor*

*Brasil – MOM-Brasil*<sup>12</sup>, que mapeou os veículos ou redes e de comunicação no país considerando a sua audiência e seu potencial influenciador na opinião pública, identificou 50 veículos em quatro segmentos, totalizando 11 redes de TV aberta e por assinatura, 12 redes de rádio, 17 veículos de mídia impressa<sup>13</sup>, e 10 veículos on-line, como os portais de notícia de interesse geral (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2017, on-line).

Este mapeamento realizado pela MOM-Brasil ainda apontou que apenas cinco grupos, ou seus proprietários individuais, concentram mais da metade dos veículos de comunicação no país, somando-se 9 veículos pertencentes ao grupo Globo, 5 ao grupo Bandeirantes, 5 à Família Macedo, 4 ao grupo Rede Brasil Sul - RBS e, por último, 3 sob posse do grupo Folha (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, s.d., on-line).

O Art. 220, parágrafo 5º da Constituição Federal define que “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.” O que vemos hoje no Brasil vai na contramão do que se está previsto na Constituição.

Outra questão mostrada no mapeamento foi o Indicador de Controle Político Sobre Veículos e Redes de Distribuição, que apontou um risco Médio Para Alto, uma vez que alguns proprietários ou grupos de mídia tem entre seus proprietários atuais uma pessoa que ocupa um cargo público:

No Brasil, há um número considerável de políticos donos ou com participação em meios de comunicação, muitos deles com relações indiretas com os grandes grupos. [...] O fenômeno das redes afiliadas é central para essas associações políticas. As grandes redes exercem seu poder nos lugares a partir de relações de afiliação, onde emissoras locais transmitem a imensa maioria de sua programação oriunda das “cabeças-de-rede” e também alimentam as redes nacionais com informações locais. Na maioria dos casos, essas afiliadas são de propriedade de grupos locais e regionais liderados por políticos ou famílias com tradição política e em geral têm propriedade de mais de um veículo. Esse fenômeno de controle político da propriedade da mídia passou a ser chamado, na academia e no debate público, de “coronelismo eletrônico”. MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2017, on-line)

Ainda que o Artigo 54 da Constituição Federal proíba que Deputados e Senadores controlem emissoras de rádio e televisão, “32 deputados federais e 8 senadores da 55a

---

<sup>12</sup> O *Media Ownership Monitor Brasil* é um projeto desenvolvido pelo Intervozes com Repórteres Sem Fronteiras. Sobre o projeto, ver *Media Ownership Monitor Brasil*: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 06 out. 2020.

<sup>13</sup> O *Media Ownership Monitor Brasil* classificou a mídia impressa os jornais pagos de circulação diária e as revistas pagas de circulação semanal.

legislatura (2015-2019) são proprietários de emissoras de rádio e TV.” (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2019, on-line)<sup>14</sup>.

Vale destacar que muitos desses proprietários que possuem essas concessões públicas de Rádio e TV são bilionários que estão ou já estiveram na lista da Forbes, como os empresários Roberto Irineu Marinho, José Roberto Marinho e João Roberto Marinho do grupo Globo, Victor Civita Neto, Giancarlo Francesco Civita e Roberta Anamaria Civita do Grupo Abril, Edir Macedo do Grupo Record e a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD e Sílvio Santos do SBT (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, s.d., on-line)<sup>15</sup>.

Esta concentração da mídia e sob posse de políticos, líderes religiosos e detentores de grandes fortunas é um risco para a democracia, uma vez que está sob o controle de uma elite que busca atender seus próprios interesses religiosos, econômicos, políticos e sociais.

Ainda que o oligopólio da comunicação no Brasil, por si só, constitua um cenário desigual e perigoso para a democracia, com os principais veículos centralizados sob o poder de poucas famílias, ligadas a grupos religiosos, políticos e econômicos, é importante voltar o olhar também para o acesso à internet no país, uma vez que esta faz parte da vida cotidiana e está imbrincada nas dinâmicas sociais.

As principais dificuldades de acesso à internet ou equipamentos eletrônicos, no Brasil, muitas vezes estão ligadas aos altos custos, ao grau de instrução e à falta de conhecimento para se apropriar desse universo, como indicam as informações obtidas pelo IBGE (2018). No entanto é necessário fazer recortes raciais e de classe que a pesquisa não abordou. Para tanto, os dados obtidos pela PNAD Contínua (IBGE, 2018), que mapeou o acesso à Internet, à televisão e a posse de celular para uso pessoal em 2017, serão cruzados com os dados do informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2019)<sup>16</sup>, a fim de trazer outras abordagens para análise.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018, p. 1)<sup>17</sup>, mostrou que 69,7% dos domicílios possuíam TV de tela fina e 38,9% possuíam TV de tubo no ano de 2017. Destes,

---

<sup>14</sup> Sobre a pesquisa, ver MEDIA OWNERSHIP MONITOR: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>>. Acesso em 06 out. 2020.

<sup>15</sup> Sobre a pesquisa, ver MEDIA OWNERSHIP MONITOR: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>. Acesso em 06 out. 2020.

<sup>16</sup> Sobre a pesquisa, ver IBGE: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em 12 out. 2020.

<sup>17</sup> Sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, ver IBGE: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>>. Acesso em 12 out. 2020.

79,8% possuíam conversor para o sinal digital de televisão aberta, 32,5% possuíam acesso ao sinal de televisão por antena parabólica e 32,8% possuíam televisão por assinatura (IBGE, 2018, p.1).

Ainda, a pesquisa trouxe dados importantes a respeito do acesso à internet e aos equipamentos eletrônicos em 2017, demonstrando que 74,9% dos domicílios utilizaram a internet (IBGE, 2018, p. 5). Porém, as dificuldades de acessar a internet apontam para muitas barreiras, como o letramento digital<sup>18</sup> e as dificuldades econômicas. Certamente os pacotes de internet banda larga possuem preços elevados, significando a impossibilidade de acessar à internet para muitas famílias, mas não só:

Nos 17 687 mil domicílios do País em que não havia utilização da Internet em 2017, os motivos que mais se destacaram para não a usar foram: falta de interesse em acessar a Internet (34,9%), serviço de acesso à Internet era caro (28,7%) e nenhum morador sabia usar a Internet (22,0%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 7,5% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro, 3,7%. (IBGE, 2018, p. 5)

Uma das dificuldades apontadas foi o alto custo para obter acesso à internet. Segundo o IBGE (2019, p. 3), no ano de 2018, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas foi de R\$ 2.796, sendo 73,9% maior em relação às pessoas pretas ou pardas (R\$ 1.608). Este dado é relevante pois o rendimento mensal “[...] compõe importante fonte de renda para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo alcançado pelos indivíduos e suas famílias.” (IBGE, 2019, p. 3). A disparidade de renda desta parcela da população pode ser um impedimento à aquisição de bens e serviços como a internet e equipamentos eletrônicos. Isto deve ser mais um indicador que precisa estar sinalizado para se pensar as políticas e ações de acesso à informação e à comunicação.

Quanto aos equipamentos utilizados para acessar a internet no domicílio em 2017, 98,7% acessam através do aparelho celular, seguido de 52,3% que a utilizam pelo microcomputador. Já a TV, 16,1% afirmaram utilizá-la para acessar a internet, enquanto 15,5% afirmaram utilizar o *tablet* (IBGE, 2018, p. 6).

---

<sup>18</sup> Segundo AQUINO (2015, online) o Letramento Digital “[...] significa o domínio de técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias.”, onde o letrado digital é capaz de “[...] localizar, filtrar e avaliar criticamente informação disponibilizada eletronicamente e ter familiaridade com as normas que regem a comunicação com outras pessoas através dos sistemas computacionais.” AQUINO, R. Usabilidade é chave para aprendizado em EAD. 21 Jan. 2005. Institute for Learning & Performance Brasil. Disponível em: <<https://www.learning-performancebrasil.com.br/home/noticias/clipping.asp?id=1855>> Acesso em: 03 dez. 2020.

Em 2017, dos domicílios que acessaram a internet, 78,5% se conectam através de rede banda larga móvel, seguido de 73,5% que possuíam acesso de banda larga fixa (IBGE, 2018, p. 6).

A pesquisa ainda investigou a utilização pessoal da internet, complexificando ainda mais esta análise, que abrangeu as pessoas com 10 anos ou mais. A faixa etária é um ponto importante de análise:

Em 2017, no País, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, foi de 71,2%, no grupo etário de 10 a 13 anos, cresceu sucessivamente nos seguintes e alcançou o máximo no de 20 a 24 anos (88,4%), passando a declinar nas seguintes até atingir 31,1%, no de 60 anos ou mais. Os resultados mais destacados ficaram nos grupos de 18 a 29 anos de idade. Comportamento semelhante já havia sido observado em 2016, sendo o máximo atingido no grupo de 18 ou 19 anos de idade. (IBGE, 2018, p. 7)

Outra questão é o nível de instrução. A pesquisa apontou que quanto maior o nível de instrução, maior é o acesso à internet. Em uma escala de “sem instrução” à “superior completo”, a pesquisa mostrou grandes diferenças. No ano de 2017, as pessoas sem instrução que utilizaram a Internet nos últimos três meses (população de 10 anos ou mais de idade) significou somente 11,2%, enquanto as que possuíam ensino fundamental incompleto disparou para 50,6%, aumentando de acordo com a elevação do nível de instrução, chegando a população com nível superior incompleto (97,7%) e superior completo (96,4%) (IBGE, 2018, p. 8). Estes dados precisam ser cotejados com dados sobre o analfabetismo, que fazem um recorte de raça. De 2016 a 2018, a taxa de analfabetismo entre as pessoas brancas no Brasil era de 3,9%, enquanto em pessoas pretas ou pardas era de 9,1%, entre pessoas de 15 anos ou mais de idade. Já a proporção de pessoas com idade entre 18 e 24 anos de pessoas brancas que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior foi de 36,1%, sendo quase o dobro em relação às pessoas pretas ou pardas, representando 18,3% (IBGE, 2019, p. 7).

Uma vez que o celular é o equipamento mais utilizado para acessar a internet, é importante investigar os motivos da parcela da população que não tem acesso a telefone celular de uso pessoal. Segundo a pesquisa:

Dentre os motivos alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal em 2017, os quatro que se destacaram, em conjunto, agregaram 89,6% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham este aparelho, no País. Nesse contingente que não tinha telefone móvel celular para uso pessoal, 25,7% alegaram que o aparelho telefônico era caro, 23,2% que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa, 21,3% que tinham falta de interesse em ter telefone móvel celular, e 19,4% que não sabiam usar telefone móvel celular. (IBGE, 2018, p. 12)

Apesar de ter havido um crescimento no acesso à internet e ao celular de uso pessoal por pessoas pretas ou pardas entre 2016 e 2017, este acesso é significativamente menor quando comparado às pessoas brancas:

Em 2016, 59,5% da população preta ou parda acessou a Internet, passando para 65,4% em 2017, ao passo que, na população branca, essa proporção passou de 71,2%, para 75,5%. Quanto à posse de telefone móvel celular para uso pessoal, a variação foi menos expressiva entre esses anos, e, em 2017, 82,9% da população branca possuía telefone móvel celular, diante de 74,6% da população preta ou parda. (IBGE, 2019, p. 6)

Portanto, a pesquisa demonstra que principais dificuldades de acesso à internet ou equipamentos eletrônicos no Brasil muitas vezes estão ligadas às condições financeiras e seus altos custos, ao grau de instrução e a falta de conhecimento para utilizá-los. Muitas pessoas ainda não possuem condições econômicas para a compra de aparelhos eletrônicos ou aquisição de banda larga de internet, que são agravadas pelas desigualdades raciais. Ainda, não possuem aparelhos eletrônicos para uso pessoal, não sabem utilizar estes equipamentos, dentre outras barreiras. Temos um cenário ainda desigual para uma parcela significativa da população brasileira quanto ao acesso à internet, à informação e à comunicação, agravando ainda mais o cenário do acesso à comunicação no país.

## 2. CONCEITOS NORTEADORES DE COMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Neste capítulo, discutiremos dois conceitos importantes que guiarão as análises deste trabalho: os conceitos de comunicação e de comunicação comunitária. Por se tratar de dois conceitos muito abrangentes e com diversas interpretações, o objetivo da primeira parte deste capítulo é apresentar o significado do ato de comunicar na perspectiva da Educomunicação. Os dois autores principais que nortearão esta reflexão são Paulo Freire e Mário Kaplún, a primeira geração de educadores e precursores do campo (SOARES, 2011, p. 66). A segunda parte busca evidenciar o conceito de comunicação comunitária - adotada por este trabalho - para que, por fim, possamos analisar a percepção de quem participa das produções da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*.

### 2.1. O que é o ato de comunicar?

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação. (FREIRE, 2013, p. 75)

O educador popular Paulo Freire (2013), em sua conhecida obra “Extensão ou Comunicação” publicado originalmente no Chile em 1969, ensaio escrito para o *Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária (Icira)* pauta o conceito de comunicação que nos é importante para compreendê-lo. Para Freire, o ato da comunicação exige a interação entre sujeitos ativos, não assumindo a existência de sujeitos passivos:

Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse - e quando é -, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente de seus comunicados. A comunicação, pelo contrário, implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. (FREIRE, 2013, P. 76)

Esta é, portanto, uma das principais reflexões que guiam a compreensão do ato de comunicar: a relação dialógica entre os sujeitos, que os toma como agentes ativos da ação de

comunicar. Em “Educação como Prática da Liberdade”, publicada originalmente em 1967, Freire endossa que o diálogo:

[...] É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. (FREIRE, 2019a, p. 141)

Retomando as reflexões a respeito de “Extensão ou Comunicação”, segundo Lima (2011, p. 89), Freire explica que a comunicação é uma interação, fundada no diálogo, entre sujeitos que constroem coletivamente o conhecimento, numa ação de transformação e humanização do mundo.

[...] a comunicação/diálogo não apenas supõe coparticipação e reciprocidade, mas acima de tudo constitui um processo significativo que é compartilhado por Sujeitos iguais entre si numa relação também de igualdade. A comunicação deve ser vivida pelos seres humanos como a sua vocação humana. Em outras palavras, a comunicação deve ser vivida em sua dimensão política [...] (LIMA, 2011, p. 90)

Outra importante contribuição para a compreensão da comunicação é a do educador e comunicador argentino Mário Kaplún, que também compreende que a comunicação precisa necessariamente considerar dois sujeitos, ou mais, que interagem em um processo de trocas, compartilham experiências e estabelecem relações sociais comunitárias:

*La verdadera comunicación -dicen- no está dada por un emisor que habla y un receptor que escucha, sino por dos o más seres o comunidades humanas que intercambian y comparten experiencias, conocimientos, sentimientos (aunque sea a distancia y a través de medios artificiales). Es através de ese proceso de intercambio cómo los seres humanos establecen relaciones entre sí y pasan de la existencia individual aislada a la existencia social comunitaria. (KAPLÚN, 1985, p. 68)*

Kaplún afirma que existem duas concepções de comunicação, sendo a primeira, “1.- Acto de informar, de transmitir, de emitir. Verbo: COMUNICAR.” (KAPLÚN, 1985, P. 64), e uma segunda que compreende seu significado como “2.- Diálogo, intercambio; relación de compartir, de hallarse en correspondencia, en reciprocidad. Verbo: COMUNICARSE.” (ídem) Esta segunda concepção dialoga como as de Freire e as práticas populares de comunicação, e completa:

*En realidad, la más antigua 'de estas acepciones es la segunda. Comunicación deriva de la raíz latina COMMUNIS: poner en común algo con otro. Es la misma raíz de comunidad, de comunión; expresa algo que se comparte: que se tiene o se vive en común.* (KAPLÚN, 1985, P. 64, destaque nosso)

Ainda, Kaplún (1985, p. 69) em “El Comunicador Popular” afirma que *“Todo hombre debe ser visto y reconocido como un EMIREC, propone Cloutier; todo ser humano está dotado y facultado para ambas funciones; y tiene derecho a participar en el proceso de la comunicación actuando alternadamente como emisor y receptor.”*. O que Kaplún (1985) chama de EMIREC é justamente a dualidade entre Emissor e Receptor. Ou seja, não é concebível a visão apenas de que os sujeitos são apenas emissores ou receptores, mas sim Emissores e Receptores ao mesmo tempo.

Esta relação dialógica nos parece, portanto, uma das mais importantes para compreender o ato de comunicar. Ainda em “Extensão ou Comunicação?”, Freire (2013) denuncia a prática mecanicista, bancária e extensionista dos agrônomos em relação aos camponeses, naquilo que ele afirma contrapor a comunicação:

Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém – que são os camponeses) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são conhecimento, se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo do outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de ser ‘tratado’ como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos? Se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um ‘saber cabal’, já que pertence à esfera da mera opinião (doxa), como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a razão das mesmas? (FREIRE, 2013, p. 20).

Portanto, a comunicação não pode se dar em uma relação bancária, onde alguém - agrônomo - deposita um conhecimento ou informação em uma outra pessoa - camponês -, que assume um papel passivo, com pouco ou nenhum saber.

Em “Pedagogia do Oprimido”, Freire (2019b) também reflete sobre uma educação bancária, onde “Na visão “bancária” de educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber.” (FREIRE, 2019b, p. 81, aspas do autor), e continua:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam, repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação

que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 2019b, p. 80-81, aspas do autor)

Neste sentido, Freire (2019b) contribui novamente para o conceito de comunicação: a educação é um ato comunicativo, bem como a comunicação é um ato educativo.

Em “Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação”, Ismar de Oliveira Soares (2011, p. 17) afirma que “[...] a educação só é possível enquanto “ação comunicativa”, uma vez que a comunicação configura-se, por si mesma, como um fenômeno presente em todos os modelos de formação do ser humano.”. Ainda afirma que “toda comunicação - enquanto produção simbólica e intercâmbio/transmissão de sentidos - é, em si, uma “ação educativa” e defende:

[...] a tese segundo a qual uma comunicação essencialmente dialógica e participativa, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada [...] dos recursos e processos da informação, contribui essencialmente para a prática educativa [...]. A essa precondição e a esse esforço multidisciplinar denominamos educomunicação. (SOARES, I. O., 2011, p. 17)

A Educomunicação é uma nova área, formada a partir da interface comunicação e educação que se faz “pensar, pesquisar e trabalhar a educação formal, informal e não formal no interior do ecossistema comunicativo.” (COSTA & CITELLI, 2011, p. 8). E o que se pode entender por *ecossistema comunicativo*, segundo Soares (2011, p.44):

[...] preferimos usar o termo como uma figura de linguagem para nomear um ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e das suas tecnologias.

Dá a importância de compreender o potencial educativo dos meios de comunicação - a TV, o rádio, o jornal e a revista impressa e eletrônica, o podcast e outros - e saber que a mídia hegemônica realiza um discurso que não é neutro, mas que está alienado aos interesses econômicos, sociais e políticos. Assim, Kaplún faz uma crítica à esta mídia hegemônica, que utiliza sua capacidade de longo alcance e detenção de grandes recursos financeiros para “[...] alienar, para desinformar, para manipular, para imponer, para anestesiar la conciencia del público. Esa es su eficacia.” (1985, p. 12). Todavia, os que pretendem uma comunicação de fato crítica, comprometida com o povo e feita por ele, buscam uma comunicação “liberadora,

*participativa, concientizadora, problematizante.*” em suas bases e princípios (KAPLÚN, 1985, p. 13).

Portanto, a necessidade de compreender o conceito original de comunicação, como se pretendeu esta seção, não se dá somente pelo seu valor de sentido, de significado, da mera compreensão a partir dos dicionários, mas sim por sua dimensão social e política (KAPLÚN, 1985, p. 67), inclusive para denunciar as relações de poder instauradas e, principalmente, para uma reivindicação popular do direito à comunicação. São essas reflexões e contribuições que nortearão as análises deste trabalho.

## **2.2. Conceitos e características da comunicação comunitária**

São múltiplos os conceitos de comunicação comunitária e, por vezes, são adotadas concepções e práticas distintas daquelas que surgiram nos movimentos sociais e nas práticas populares. O que se pretende nesta seção, portanto, é expor algumas concepções do que se entende por comunicação popular, comunitária e alternativa, bem como suas possíveis semelhanças e diferenças. Pretende-se também apresentar qual o conceito e as características de comunicação comunitária nas quais este trabalho se baseia.

Foi na América Latina que, segundo Dornelles (2007), o termo comunicação popular surgiu, criado nos anos 60 pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) que discutiam “os problemas que dizem respeito à vida da comunidade, de religiosos ou não, e ampliando a discussão para debates sociais e políticos”, sendo uma comunicação produzida a partir da realidade das comunidades (DORNELLES, 2007, p. 2).

É nos movimentos populares que a prática da comunicação popular/comunitária se constitui e ganha força, uma vez que estes grupos percebem a necessidade de se apropriar tecnicamente das produções jornalísticas e radiofônicas, por exemplo, bem como dos meios de comunicação, para que suas pautas fossem cada vez mais fortalecidas e que se pudesse estabelecer canais de comunicação entre si e com o público (PERUZZO, 2007a, p. 2-3).

Mas ao longo da história e até os dias de hoje, pode-se encontrar outros termos para denominar este tipo de comunicação, como “alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos.” (PERUZZO, 2009a, p. 47).

No Brasil, o termo comunicação comunitária também já foi utilizado de forma distinta às das práticas dos movimentos populares - onde originalmente surgiu o termo, suas práticas e seu sentido político. Foi, por exemplo, incorporado pela mídia hegemônica, com um uso problemático (PERUZZO, 2009a, p. 47). O que não se pode perder de vista é o histórico e o contexto em que surgiram o termo e as práticas desta modalidade de comunicação. Certamente, a incorporação do termo “comunicação comunitária” pela mídia hegemônica para designar algumas de suas práticas, por vezes, causa confusão e distingue-se das práticas dos movimentos populares precursores. É necessário endossar que a prática da comunicação comunitária expressa os movimentos de emancipação populares, seus anseios e reivindicações.

Ainda, outra expressão muito presente quando se fala em comunicação popular é a *comunicação alternativa*. Surgida no período de ditadura militar onde havia grande censura dos meios de comunicação, a comunicação alternativa foi utilizada para designar tanto as práticas de comunicação popular dos movimentos sociais, quanto a imprensa que ofereciam conteúdos não atrelados à mídia tradicional da época (PERUZZO, 2009a, p. 53). Portanto:

[...] o que caracteriza o jornalismo como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem. Mas, como já ressaltado, também os pequenos jornais, boletins informativos e outras formas de comunicação (como panfletos, altofalantes, carro de som, literatura de cordel, slides etc. – do circuito dos movimentos populares) eram chamados de alternativos pela força do sentido do seu conteúdo, porém, sem dispensar a leitura de jornais convencionais. Em suma, há uma comunicação alternativa no âmbito dos movimentos populares que extrapola jornais e o jornalismo. (PERUZZO, 2009a, p. 54)

As importantes contribuições de Mário Kaplún guiam também o conceito de comunicação popular que buscamos. Para uma comunicação popular que tenha sentido, afirma Kaplún (1985, p. 75):

*Ahora, después de esa crisis que mencioné, el equipo se ha integrado a una organización popular. Las páginas de nuestro periódico sirven de medio de comunicación a todos los sectores y grupos organizados de nuestra comunidad. Ya no vemos la comunicación como un fin en sí mismo. La vemos como una herramienta, como un instrumento poderoso de la organización popular. Ya no hablamos solamente de "concientizar", Tenemos también otros objetivos concretos: movilizar, organizar a la comunidad, apoyar la acción popular, estimular la participación del barrio.*

Neste sentido, compreende-se a comunicação popular como uma importante estratégia de organização dos movimentos sociais. Não é apenas a comunicação pela comunicação, mas

há o entendimento do seu sentido político para a mobilização social, para a reivindicação de outros direitos, para o apoio comunitário e para o exercício da cidadania e democracia. Esta concepção de Kaplún (1958) a respeito da comunicação comunitária são reforçadas nos estudos de Peruzzo, que a alia ao paradigma educomunicativo (2009):

Contudo, a comunicação não se presta a fazer mudanças sozinha. A visão de uso dos meios meramente para difundir conteúdos educativos está superada. Trata-se de sua inserção em processos de mobilização e de vínculo local ou identitário sintonizados a programas mais amplos de organização-ação, dos movimentos sociais populares. Estes privilegiam o atendimento às necessidades concretas de segmentos populacionais de acordo com cada realidade. Nessa práxis ocorre a Educomunicação comunitária (PERUZZO, 2007b), uma modalidade de comunicação educativa que se constitui no bojo de dinâmicas voltadas à mudança social — [e] ampliação da cidadania [...] (PERUZZO, 2009b, p. 135)

Ainda, Peruzzo (2007) reflete sobre o potencial educativo das práticas de comunicação comunitária, uma vez que, ancoradas na participação das pessoas nas produções das mídias comunitárias, estas têm acesso e exercitam uma série de conhecimentos que dizem respeito à comunicação:

É educativo pelo processo porque a participação direta ajuda desenvolver pessoas. O cidadão que passa a escrever para o jornalzinho; a falar no rádio; a fazer o papel de ator num vídeo popular; a criar, produzir e transmitir um programa de rádio ou de televisão; a discutir os objetivos, a linha editorial e os princípios de gestão do meio de comunicação; a selecionar conteúdos etc., vive um processo de educação informal em relação a compreensão da mídia e do contexto onde vive. Situação que ajuda a desmistificar a mídia, pois a mesma costuma ser vista como algo inacessível – como coisa só de especialistas, de “gente estudada” – pelo cidadão comum. (p. 22)

Enfim, Peruzzo (2009, p. 55) conclui que a comunicação comunitária tem como características a participação da comunidade, tendo propriedade coletiva e sem fins lucrativos, tendo por objetivo o desenvolvimento educacional, cultura e cidadão. É por meio dela que se realiza o direito de comunicar através da garantia do acesso aos meios de comunicação, através de uma atitude ativa e participativa enquanto “produtor e difusor de conteúdos” (PERUZZO, 2009, p. 55).

Portanto, a partir das reflexões dos autores/as acima, concebemos que a comunicação comunitária se expressa principalmente como:

- a) Uma comunicação que tem o povo/comunidade como protagonista em todos os processos - **do** povo e **com** o povo;
- b) Uma comunicação que possui práticas coletivas e horizontais;

- c) Uma comunicação crítica e educativa;
- d) Uma comunicação como prática da liberdade;
- e) Considera a comunicação como direito humano fundamental;
- f) Considera a comunicação como importante para a reivindicação e consolidação de outros direitos;
- g) Considera a comunicação como essencial para o exercício da cidadania e democracia;
- h) Considera a comunicação como importante instrumento para a mobilização e organização da comunidade;

Após analisar e apresentar as concepções de comunicação e comunicação comunitária que esse trabalho compreende, no capítulo seguinte conheceremos as práticas da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros, a fim de analisar empiricamente ações comunitárias deste tipo de comunicação e buscar oferecer contribuições para o campo.

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS, O TERRITÓRIO DE PARELHEIROS E A AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA VOZES DAQUI DE PARELHEIROS**

Este capítulo apresentará os aspectos metodológicos percorridos para a elaboração do TCC e apresentará o objeto empírico deste estudo, passando pela descrição do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário - IBEAC, do território de Parelheiros e da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros, a partir das falas de Bel Santos Mayer, coordenadora do IBEAC, Claudia Nogueira, gestora de projetos do IBEAC, Alef de Paula Santos, Jovem Mediador de Leitura da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura (IBEAC), Mara Sara Jacarandá, Agente de Desenvolvimento Saudável do projeto Parelheiros Saudável Territórios Abraçados (CPCD) e Rafaela Nunes, Mãe Mobilizadora do Centro de Excelência em Primeira Infância (IBEAC), Organização, membros/as e projetos que serão melhor apresentados a seguir.

#### **3.1. Aspectos Metodológicos**

Esta pesquisa fundamenta-se em metodologia qualitativa a partir de pesquisa participante, realizando entrevista em profundidade semiestruturada. Participante pois, como já indicado anteriormente, participo enquanto estagiário dos projetos que passo a analisar.

Segundo Gerhardt & Silveira (2009, p. 32) a pesquisa qualitativa tem seu foco nas questões da realidade que não são possíveis de serem quantificados, “centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”, tendo como principais características:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 32)

Nesse sentido, este trabalho recorre ao método qualitativo pois pretende análises que expressem as motivações, os valores, as crenças e compreensões das pessoas entrevistadas,

tentando abarcar os processos e as relações que não podem ser captados em abordagem quantitativa, como afirma Minayo (2001 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Quanto aos procedimentos, este trabalho se desenvolveu a partir da Pesquisa Participante, que se caracteriza pelo envolvimento do pesquisador com os sujeitos investigados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 40). Neste sentido, segundo Peruzzo (2003, Online) o pesquisador participa de todas as atividades que são realizadas pelo grupo investigado, bem como interage como um membro deste grupo, ou até mesmo é um membro do grupo, como é o caso desta pesquisa. O intento é saber como conceitos de comunicação e comunicação comunitária são apropriados pelos sujeitos membros da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*, entrevistados neste trabalho, e analisar a relação prática destes sujeitos com a comunicação comunitária, tentando entender como veem esta prática interferindo no território e em suas relações pessoais. Estas aspirações vão ao encontro do que Peruzzo (2003, sem página) destaca:

Em geral a motivação é compreender de modo sistemático e com base científica, os processos de comunicação existentes, como forma de identificar suas inovações, virtudes e avanços, mas também as falhas, desvios de práticas comunicacionais, levantar as práticas participativas e de gestão, entender os mecanismos de recepção de mensagens e auscultar as aspirações dos receptores de modo a aperfeiçoar o trabalho desenvolvido nos meios de comunicação grupais ou midiáticos de alcance comunitário ou local. Paralelamente poderá ter a preocupação de documentar a história das experiências consideradas relevantes e dignas de serem registradas e dadas a conhecer a outros públicos - como o acadêmico - e ao conjunto da sociedade.

Para entender a organização que sustenta o projeto analisado, foi aplicada a entrevista semiestruturada com duas pessoas da equipe do IBEAC: Bel Santos Mayer e Cláudia Nogueira, que permitiram colher informações a respeito da Organização, dos projetos e o histórico do trabalho com a comunicação comunitária, bem como compreender o papel da organização social no fomento à comunicação comunitária e como as gestoras da organização compreendem a comunicação comunitária e direito humano à comunicação. Para nos determos no projeto foram realizadas três entrevistas com membros que participam das produções da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros: Alef de Paula Santos, Mara Sara Jacarandá e Rafaela Nunes, com o objetivo, como já mencionado, de entender como os sujeitos se apropriam, compreendem e exercem a comunicação comunitária, observando este fenômeno na prática, e perceber como a prática da comunicação comunitária interfere no território e em suas relações.

Vale lembrar que, segundo Gerhardt & Silveira (2009, p. 73), a entrevista semiestruturada se dá quando “O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.”

As entrevistas foram agendadas previamente com um contato inicial e realizadas entre os dias 9, 10, 11 e 12 de novembro de 2020, sendo todas gravadas com autorização prévia. Foram realizadas através do aplicativo Google Meet, com exceção do entrevistado Alef de Paula Santos, que não obteve acesso ao aplicativo e utilizou-se o Zoom Meeting.

Foram elaborados três roteiros de entrevista, uma vez que os objetivos das mesmas se diferem em alguma medida: um para entrevistar Bel Santos Mayer (coordenadora do IBEAC); um para entrevistar Claudia Nogueira (Gestora de projetos do IBEAC) e um para entrevistar as três pessoas participantes das produções da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros. A elaboração do roteiro seguiu as recomendações segundo Gerhardt & Silveira (2009, p. 73) “a distribuição do tempo para cada área ou assunto; a formulação de perguntas cujas respostas possam ser descritivas e analíticas, para evitar respostas dicotômicas (sim/não); a atenção para manter o controle dos objetivos a serem atingidos, para evitar que o entrevistado extrapole o tema proposto.”

Após as entrevistas, o material foi transcrito integralmente para possibilitar as análises. Em seguida, o material foi lido na íntegra, e neste trabalho destacamos as falas que interessam à pesquisa.

Para maior facilidade na leitura das análises, as transcrições receberam uma cor distinta na fonte, de acordo com cada pessoa entrevistada: Azul para Bel Santos Mayer<sup>19</sup>, Roxo para

---

<sup>19</sup> Entrevista realizada e gravada no dia 09 de novembro de 2020, com duração de aproximadamente 31 minutos. Bel Santos Mayer, 53 anos, se apresenta como uma educadora social. Atua no Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário - IBEAC há 24 anos e atualmente divide a coordenação da Organização com a doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Vera Lion. Chega ao IBEAC para realizar um trabalho de formação de Agentes Comunitários de Direitos Humanos. Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos com Vera Lion foi a criação de uma biblioteca comunitária com jovens pretos do movimento hip hop em Cidade Tiradentes, no extremo leste da cidade de São Paulo. Sua formação acadêmica se inicia na área das ciências matemáticas, sendo a primeira filha de uma família migrante nordestina, filha de uma empregada doméstica e de um metalúrgico, a estudar e concluir o magistério. Atuou na gestão Paulo Freire da secretaria de educação, coordenando área de ciências matemáticas da Zona Leste de São Paulo. Se graduou em turismo motivada pelos trabalhos desenvolvidos pela Organização em Parelheiros. Se afeiçoou pela área e hoje é mestranda em Turismo pela EACH-USP, analisando as mobilidades que uma Biblioteca Comunitária proporcionou a vários/as jovens e à própria Instituição. Também já realizou especialização em Pedagogia Social através de uma bolsa de estudos na Itália.

Cláudia Dias Nogueira<sup>20</sup>, Vermelho para Alef de Paula Santos<sup>21</sup>, Laranja para Mara Sara Jacarandá<sup>22</sup> e Verde para Rafaela Nunes<sup>23</sup>.

### 3.2. Sobre o território de Parelheiros

Para que possamos contextualizar o desenvolvimento da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros e os sujeitos que fazem parte dela, é importante conhecer Parelheiros, território em que se localizam, uma vez que, segundo Kazan (2020), a constituição do sujeito periférico perpassa o território:

[...] essa subjetividade do ser/sentir-se periférico ganha sentido porque expressa situações cotidianas **geográfico-social de ordem prática**, que é compartilhada coletivamente e que, mesmo não dando conta de todas as experiências possíveis, por serem muito mais variadas do que a “auto atribuição” que as unifica, contribuem para a formação de um sentido de pertencimento a uma situação social compartilhada. (KAZAN, 2020, p. 32-33, destaque nosso)

---

<sup>20</sup> Entrevista realizada e gravada no dia 09 de novembro de 2020, com duração de aproximadamente 41 minutos. **Claudia Dias Nogueira**, 33 anos, nasceu em São José dos Campos-SP. Se mudou para São Paulo-SP para cursar o bacharelado em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP, sua primeira formação, e desde então mora na capital paulista. A motivação para a área se deu justamente em pensar como, enquanto cidadã e profissional poderia contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e mais diversa. Em 2008 inicia o estágio no Instituto Polis, uma Organização Social que atua com foco na participação social. Sua principal função foi dialogar com os conselhos de assistência à segurança, com a parte da sociedade civil organizada que integrava esses conselhos, com objetivo de pensar políticas públicas mais eficientes, eficazes e que considerassem as demandas da sociedade. E neste período conhece a atuação do IBEAC, durante a implementação da Biblioteca Caminhos da Leitura. Ao concluir sua graduação, iniciou seu mestrado na Universidade Federal do ABC, também de políticas públicas, mas não concluiu. Também atuou na Fundação Abrinq, organização do terceiro setor. Tem formação em Design de Interiores. Atualmente cursa o MBA em Gestão de Projetos. É gestora de projetos no IBEAC.

<sup>21</sup> Entrevista realizada e gravada no dia 12 de novembro de 2020, com duração de aproximadamente 21 minutos. **Alef de Paula Santos**, 26 anos, é morador do Bairro Vargem Grande, localizado no extremo sul da cidade de São Paulo, em Parelheiros. É mediador de leitura na biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura. Faz parte do projeto “Literatura e Direitos Humanos: Para ler, ver e contar”. É membro integrante do coletivo Cratera na Cena, criado em 2019, que desenvolve eventos culturais na Região de Parelheiros, incluindo o Slam da Cratera.

<sup>22</sup> Entrevista realizada e gravada no dia 10 de novembro de 2020, com duração de aproximadamente 38 minutos. **Mara Sara Jacarandá**, 21 anos, é moradora do bairro Vargem Grande, em Parelheiros. Foi voluntária do Banco da Tecnologia (CPCD), atuando no projeto de escrita coletiva do Livro Ruas Adotadas. É Agente de Desenvolvimento Saudável no projeto Parelheiros Saudável Territórios Abraçados do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD. Conheceu o projeto através da mãe que já atua há 6 anos. Sua atuação no projeto se dá como educadora social junto às crianças do território. Fez curso Técnico em Administração e Auxiliar de Enfermagem. Atualmente é estudante do 5º semestre de psicologia.

<sup>23</sup> Entrevista realizada e gravada no dia 10 de novembro de 2020, com duração de aproximadamente 29 minutos. **Rafaela Nunes**, 22 anos, é moradora do Bairro Nova América, em Parelheiros. É Mãe Mobilizados pelo Centro de Excelência em Primeira Infância (IBEAC e CPCD). Se considera uma educadora social e atualmente é estudante de Pedagogia. Acredita que a educação é uma das possibilidades para transformar o país e a vida das pessoas, buscando uma sociedade mais justa, mais equitativa e mais igualitária.

Localizado na região sul da cidade da maior capital da América Latina, Parelheiros é um distrito da cidade de São Paulo que possui uma área de 353,5 Km<sup>2</sup>, o que representa 23,68% do município, e carrega a marca da imigração alemã, austríaca e suíça em sua história. Segundo um breve histórico disponível no site da Prefeitura da Cidade de São Paulo:

Parelheiros recebeu este nome devido às diversas corridas de cavalos (parelhas) entre germânicos e brasílicos. Antes era conhecido como Santa Cruz, porque existia uma cruz no local. Por determinação e convite do governo imperial, um grupo de 200 imigrantes chegou a São Paulo em 1827. Eram alemães, austríacos e suíços que vinham para o estabelecimento de uma colônia agrícola. Depois de um ano de estudos e discussões sobre o local onde deveria ser instalada a colônia, o governo provincial optou por uma área distante à cerca de 50 km do centro da cidade, que ficou conhecida como Colônia Alemã. (2019, on-line)

Segundo informações presentes no site da Prefeitura da Cidade de São Paulo (2019, Online), remanescentes das 94 famílias alemãs que iniciaram o território em 1829 ainda habitam a região, cujos antepassados extraíam e forneciam madeira bruta para a indústria de móveis e da construção civil em Santo Amaro, entrando em decadência por não ter apoio do governo e, durante a Segunda Guerra Mundial, foi substituída por colônia Paulista. O que transformou Parelheiros e Marsilac (distrito geograficamente abaixo da região de Parelheiros) na maior área agrícola de São Paulo foi a imigração japonesa, que explorou a agricultura e desenvolveu a região (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2019, Online).

Um fato curioso da região é a Cratera da Colônia, resultado da queda de um corpo celeste há 36 milhões de anos, sendo uma das duas crateras habitadas no mundo, possuindo 40.000 pessoas (BASILIO, 2012, on-line).

Parelheiros tem sido narrado a partir de seus desafios e vulnerabilidades. Segundo o Mapa da Desigualdade de São Paulo realizado pela Rede Nossa São Paulo (2019), a região está na 13<sup>o</sup> posição do índice de feminicídio da cidade, possui o 6<sup>o</sup> pior índice do tempo médio, em dias, para realizar consulta com clínico geral na rede pública e possui o 2<sup>o</sup> pior índice de gravidez na adolescência. Em 2016, possuía o 2<sup>o</sup> pior IDH (0,747) da capital paulista. Outros grandes desafios impactam a região, como a escassez de equipamentos culturais e educacionais, a difícil mobilidade urbana e o desenvolvimento econômico. Como relata **Mara Sara Jacarandá**:

Mas não tem um espaço aonde você possa ir conhecer um artista, onde você possa ter mais informação sobre o mundo lá fora, têm poucos espaços para os jovens. [...] não tem muita luz acessível, não tem um espaço para crianças, tem um lugar, mas é fechado, então só pode entrar quando os donos estiverem lá

porque é privado, e tem um que é público, mas o pessoal detona, depois de um tempo deteriora, então tem que ficar arrumando sempre [...].

Rafaela Nunes, por sua vez, reconhece as dificuldades, mas indica a potência da região:

Eu consigo ver Parelheiros muito mais pelo lado da abundância, entender que Parelheiros tem muitas questões, tem um lado de muita vulnerabilidade, de acesso à cidade, de acesso à zona Central, questão de empregabilidade, questão de educação, mas hoje eu entendo que também tem muita potência em relação ao verde que nos cerca, grande parte da Mata Atlântica está em Parelheiros, é a água que vem de Parelheiros, então ar que a gente respira é mais saudável, tem muitas iniciativas culturais, educacionais e do social que vem se formando.

Muitos paulistanos desconhecem as potencialidades de Parelheiros, uma região que abriga duas áreas de proteção ambiental, com uma vasta área de Mata Atlântica, possuindo a maior área verde por habitante na cidade de São Paulo e a 2º menor taxa de emissão de poluentes da cidade, segundo o Mapa da Desigualdade de 2019 da Rede Nossa São Paulo (2019). Considerada patrimônio ambiental, a região é responsável por abastecer 25% da região metropolitana de São Paulo<sup>24</sup>, possuindo três bacias hidrográficas: Capivari, Guarapiranga e Billings. Ainda, é uma grande área de produção agrícola, com propriedades rurais de agricultura orgânica. Em termos populacionais, é a 3º maior presença da população preta e parda (56,61%) da cidade de São Paulo e tem a presença de povos nativos, com duas aldeias indígenas Pyau (Krucutu) e Tenondé Porá (Morro da Saudade), sendo um subgrupo guarani (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2019, Online), como indicam **Alef de Paula Santos** e **Mara Sara Jacarandá**:

Parelheiros tem bastante natureza, tem bastante espaço verde, tem umas cachoeiras, tem um movimento legal aqui e é distante, e acho que por ter essa distância do Centro se torna um bairro bom por ser tranquilo.

[...] você consegue aprender sobre preservação ambiental e viver isso, você vai respirar melhor, onde você vai ter uma qualidade de vida muito boa nesse sentido, onde você vai conhecer a natureza se você se permitir, tem muitos espaços onde você vai conseguir ter essas vivências, é um espaço onde você conhece os vizinhos ainda, onde você consegue conversar, você consegue desejar bom dia para as pessoas e as pessoas vão responder o seu bom dia, apesar de ser bem grande, você consegue conhecer um número muito grande de pessoas e se sentir confortável com essas pessoas também.

<sup>24</sup>Em Prefeitura da Cidade de São Paulo (2019). Disponível em <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/parelheiros/historico/index.php?p=411#:~:text=Sua%20rede%20h%C3%ADdrica%20contempla%20tr%C3%AAs,parelhas\)%20entre%20germ%C3%A2nicos%20e%20bras%C3%ADlicos](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/parelheiros/historico/index.php?p=411#:~:text=Sua%20rede%20h%C3%ADdrica%20contempla%20tr%C3%AAs,parelhas)%20entre%20germ%C3%A2nicos%20e%20bras%C3%ADlicos)> Acesso em 16 de nov. 2020.

Em Parelheiros existem muitos coletivos de ação cultural, organizações sociais e grupos esportivos, por exemplo, que desenvolvem projetos importantes para a valorização do território, autoestima da população, desenvolvimento econômico e incidência em políticas públicas. Na região também acontece a Festa Literária de Parelheiros (FELIPA), um evento literário que teve sua segunda edição no ano de 2020, idealizada por Bruno Souza Araújo, jovem mediador de leitura e co-gestor da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura (IBEAC) e é apoiada pela Fundação Tide Setubal, compondo o Circuito Literário nas Periferias - CLIPE (ANDRADE, 2019, on-line).

### **3.3. A Organização: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário**

Fundado em 1981 durante o período da redemocratização do País, o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) é uma organização social sem fins lucrativos, que tem como missão atuar no fortalecimento da cultura dos direitos humanos e de uma cidadania participativa e solidária, atuando em territórios para a concretização destes direitos.

Após um longo período de atuação nacional, o Instituto decidiu dedicar suas atividades em um único território, para que se pudesse observar o desenvolvimento e o impacto em uma região específica. Desde então, em Parelheiros, extremo sul da capital paulista, tem desenvolvido projetos que tangem os cuidados com a primeiríssima infância desde a barriga, com a alimentação saudável, a literatura e acesso aos livros, a agroecologia, o turismo de base comunitária e, mais recentemente, um projeto de comunicação comunitária. Todos os projetos são desenvolvidos em parceria com os interagentes e lideranças locais, comunidade, parceiros e parceiras, na perspectiva do fazer coletivo e do fortalecimento de lideranças em suas comunidades, como explica [Bel Santos Mayer](#):

O IBEAC quando chega em Parelheiros, não chegou com um projeto. Nós chegamos querendo olhar se a gente levasse tudo aquilo que nós sabemos fazer para um território que fosse considerado um território desafiador em linguagens estatísticas, que foi considerado o pior lugar da cidade para se viver, os mais baixos indicadores, o que aconteceria se a gente levasse a nossa vontade e as melhores pessoas que nós conhecêssemos? E aí a gente começou com um projeto de compartilhar as estatísticas, os dados que tinham sobre Parelheiros, para que as pessoas olhassem o que os pesquisadores falam sobre o lugar, sem muitas vezes voltarem para aquele lugar e fazerem dos seus dados, das suas descobertas uma ferramenta de educação.

Assim, em parceria com a comunidade, a Organização começa a olhar os dados a respeito do território, espaço muitas vezes narrados pela sua vulnerabilidade:

E nesse olhar as pessoas, claro, se sensibilizaram, falaram “nossa, as pesquisa só falam do que tem de ruim, ninguém conta o que a gente tem de bom aqui?”. E aí para começar a contar o que tem de bom, disseram que gostariam de começar pelos jovens. [...] Era 2008, a Declaração Universal dos Direitos Humanos fazia 60 anos, então a gente começou com um projeto com a Revista Viração, [...] eu sou empreendedora social da Ashoka, o Paulo Lima, criador da Viração também, e a Valdênia Paulino, Criadora do CEDECA Sapopemba também é *fellow*, e existia um pequeno recurso, três mil reais que nos ajudava criar coisas, um intercâmbio entre empreendedores. E aí gente falou “olha, 60 anos da Declaração, vamos chamar 60 jovens para falar sobre os direitos humanos”. E assim começa o nosso primeiro projeto olhando o quanto os direitos humanos estavam distantes da realidade de Parelheiros. E a questão da educação, a falta de biblioteca, a biblioteca da escola estava fechada, e os jovens quiseram reabrir. Então ali começa o nosso primeiro projeto, criar uma biblioteca comunitária. Abrir a Biblioteca da escola, mas também criar uma biblioteca. [...] A biblioteca vira esse espaço mais democrático que um território pode ter, e ali a gente começou a ouvir.

Os interagentes prioritários dos projetos desenvolvidos pela organização são bebês, crianças pequenas, gestantes, mulheres, adolescentes e jovens em situação de desproteção social, residentes em 06 bairros de atuação do IBEAC, segundo informações presentes no site da Organização<sup>25</sup>.

Em 2020, data da escrita deste trabalho, a organização conta com 8 colaboradores<sup>26</sup>, sendo 2 coordenadoras, 3 gestoras de projeto, 2 pessoas compõem o administrativo e financeiro da organização e eu, como estagiário educador. Entre as interagentes dos projetos estão 14 Mães Mobilizadoras, 3 jovens mediadoras de leitura do Centro de Excelência em Primeira Infância, 2 educadoras solidárias e 1 gestora da Casa do Meio do Caminho (ligada ao Centro de Excelência em Primeira Infância); 6 Jovens escretores da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura; 8 agricultores familiares do projeto Acolhendo em Parelheiros presentes em seis propriedades; 8 mulheres do Empreendimento Coletivo Amara Cozinha Saudável;

A sede do IBEAC está localizada no Sumaré, bairro da região central da cidade de São Paulo. Em Parelheiros, o IBEAC coordena ou apoia cerca de 19 espaços, entre eles: 1 Biblioteca Comunitária; 1 Ônibus Biblioteca; 8 Propriedades Rurais; 6 Ruas Adotadas; 3 espaços de convivência e formação (Casa das Histórias, Amara Cozinha, Casa do Meio do Caminho).

---

<sup>25</sup> Em IBEAC, Nosso jeito de Fazer. Disponível em <<http://www.ibeac.org.br/nosso-jeito-de-fazer/>> Acesso em 16 nov. 2020.

<sup>26</sup> Em IBEAC, Nosso Time. Disponível em <<http://www.ibeac.org.br/sobre-o-ibeac/equipe-ibeac/>>. Acesso em 16 nov. 2020.

Nascida dentro do serviço de saúde, a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura é um espaço coordenado pelo IBEAC e gestado pelo grupo de Escritureiros, constituído por jovens que recebem formação sobre direitos humanos, mediação, crítica literária, escrita criativa e que são mediadores/as e articuladores/as referências no território. Hoje está localizada no Cemitério do Colônia, na antiga casa do coveiro, e faz parte da Rede estadual LiteraSampa, que compõe a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC).

Neste movimento, e a partir da preocupação da comunidade com a violência que as meninas jovens vinham sofrendo, nasce o projeto Sementeiras de Direitos para se contrapor ao fato de que essas jovens estavam tendo seus corpos violados nas redes sociais, como indica [Bel Santos Mayer](#):

[...] Seus corpos eram fotografados nus e depois se fazia um ranking de quais eram as meninas mais safadas. Então a gente começou ali a construir um projeto que se chamava Sementeiras de Direitos. As Sementeiras de Direitos eram quem poderiam caminhar e semear o direito dessas meninas, inclusive pegarem suas mãos e acompanhá-las até a escola. E esse grupo começa a discutir violência, violações de direitos às mulheres.

A partir de então, diversos outros projetos começam a nascer. Com a missão de cuidar com excelência da primeira infância desde a barriga, o Centro de Excelência em Primeira Infância tem como causa transformar “Parelheiros no melhor lugar para se nascer e viver”, como explicam [Cláudia Dias Nogueira](#) e [Rafaela Nunes](#):

[...] no processo de pensar a questão da violência doméstica, também foi pensado a questão do cuidado com essa mulher e com a criança. Na época, a gente também constatou a partir de uma pesquisa da PUC do Rio Grande do Sul que as mães eram a que mais sofriam com a violência doméstica, mas elas também eram aquelas que mais reproduziam essa violência com as crianças. Então a gente começou a pensar como é que a gente poderia contribuir para que essas mães se conscientizassem desse processo de reprodução de violência e como era importante cuidar dessa criança desde o nascimento, desde a barriga. Então surge esse quarto projeto do IBEAC que se chama Centro de Excelência em Primeira Infância, com esse foco para garantir o direito e o cuidado com a criança desde a barriga. E um grupo muito forte que faz esse projeto acontecer são as Mães Mobilizadoras, que são mães moradoras do território de Parelheiros e atuam junto à comunidade.

A ideia de Mães Mobilizadoras surgiu com a proposta de mobilizar a comunidade para esse olhar para a primeira infância, esse olhar com cuidado, com carinho para a primeira infância entendendo algumas diretrizes essenciais para o desenvolvimento saudável das crianças e pensando nisso esse cuidado com as mães também. Então essa ideia de mobilizar a comunidade, todo território, tanto as instituições de educação, de saúde, entre outras, para entender e acolher a primeira infância dessas crianças de 0 a 6 anos. E nesse processo a gente entendeu que é primordial para uma criança bem cuidada, ter

uma mãe e uma família bem cuidada, entendendo que não é necessário somente olhar para criança, mas para todo o território.

O Centro de Excelência em Primeira Infância é coordenado pelo IBEAC e pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD<sup>27</sup>, organização fundada em Belo Horizonte-MG no ano de 1984 pelo educador social Tião Rocha<sup>28</sup>, e que hoje também desenvolve o projeto Parelheiros Saudável Territórios Abraçados na região. Com atuação em seis bairros do distrito de Parelheiros (Barragem, Colônia, Jardim Silveira, Nova América, São Norberto, Vargem Grande), o time de Mães Mobilizadoras residentes destes bairros desenvolve o trabalho de mobilização de solidariedades, cuidados e compromisso com a primeira infância, trabalhando seis Dimensões de Cuidado (Gestantes, Bebês, Crianças de 1 a 3 anos, Crianças de 4 a 6 anos, Mães, Pais e Time). Integrante do projeto, a Casa do Meio do Caminho, é um espaço próximo à Maternidade de Interlagos (maternidade mais próxima da região de Parelheiros) que acolhe gestantes e puérperas e realiza ações de cuidados, apoio, carinho e respeito durante o período da gestação.

No ano de 2017 nasceu o *Empreendimento Coletivo Amara Cozinha*, um desdobramento do projeto *Sementeiras de Direitos*, como conta [Bel Santos Mayer](#):

[...] E dentro dele nascem outras discussões relacionadas ao bem viver, aos cuidados com a saúde, à proteção, aos relacionamentos. E se você fala de bem viver e de cuidados com a saúde, você vai cair na questão da alimentação. Então a gente começou a trabalhar com todos os cuidados ligados à alimentação. E surgiu as Amaras, que é um empreendimento de alimentação saudável.

Com o objetivo de geração de renda, empoderamento e autonomia feminina principalmente para superar as recorrentes situações de violências, as *Amaras* (como são conhecidas na comunidade) buscam promover o acesso e a conscientização à alimentação saudável, pela venda de produtos, serviços e promoção de formações nas comunidades. A cozinha está localizada na Sede *Parelheiros Saudável Territórios Abraçados* (CPCD), mais um espaço coordenado e mantido pela parceria IBEAC e o CPCD.

Outro projeto desenvolvido pelo IBEAC e parceiros (Associação de Agricultores Acolhida na Colônia - Santa Catarina; a Araribá – Turismo & Cultura; o Sesc São Paulo - Serviço Social do Comércio e a Cooperapas – Cooperativa Agroecológica dos Produtores

---

<sup>27</sup> Sobre a Organização, ver CPCD. Disponível em <<http://www.cpcd.org.br/>>. Acesso em 07 dez. 2020.

<sup>28</sup> Sobre Tião Rocha, ver CPCD, Tião Rocha. Disponível em <<http://www.cpcd.org.br/tiao-rocha/>>. Acesso em 07 dez. 2020.

Rurais e Água Limpa da Região Sul de São Paulo), o Grupo Acolhendo em Parelheiros utiliza o agro turismo comunitário para transformação. Segundo [Claudia Dias Nogueira](#):

Parelheiros tem esse DNA na lógica de organização do território, é um território de preservação ambiental em que a produção orgânica é muito forte e presente, então a ideia foi começar a trabalhar o turismo comunitário e pedagógico com escolas e universidades dentro dessas propriedades rurais e também juntando esses outros projetos, [...] e o diálogo nessa realidade também com as mulheres da violência doméstica, acaba que no circuito turístico pedagógico o visitante consegue entender as dinâmicas do território e os desafios e as potências visitando e conversando com esses grupos e esses projetos.

O Grupo desenvolve roteiros turísticos de base comunitária na perspectiva da valorização do território e do turismo pedagógico, e é composto por propriedades rurais agrícolas, pelo Acolhendo em Parelheiros, pela Amara Cozinha Saudável, pela Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura e pelo Parelheiros Saudável Territórios Abraçados (CPCD).

O projeto Literatura e Direitos Humanos: Para ler ver e contar, desenvolvido pelo IBEAC, tem como objetivo fortalecer espaços comunitários de formação e diálogo sobre os Direitos Humanos, a partir da literatura. Nele participam jovens mediadores e mediadoras de leitura das bibliotecas comunitárias da Rede Literasampa. O projeto já recebeu o apoio do Consulado Geral da Alemanha no Brasil em 2019 e no ano de 2020 conta com o apoio do InternetLab<sup>29</sup>.

Realizado colaborativamente pela comunidade com apoio do IBEAC, CPCD e parceiros, a *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros* é o mais recente projeto que integra as ações da organização, e que tem suas premissas ancoradas nos pressupostos da Educomunicação, na crença de que a produção de informação e o acesso aos meios de comunicação são direitos humanos. O *podcast Vozes Daqui de Parelheiros* e o jornal digital *Vozes Daqui: de Parelheiros para o mundo* são as mídias desenvolvidas no projeto. Nela nos deteremos a seguir.

---

<sup>29</sup> O INTERNETLAB é uma entidade sem fins lucrativos que se constitui como um centro independente de pesquisa interdisciplinar com o objetivo de promover o debate acadêmico e a produção de conhecimento no campo do direito e da tecnologia, sobretudo no da Internet.

### **3.4. A Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui De Parelheiros: histórico e constituição**

A relação do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário e dos interagentes dos projetos com a comunicação comunitária já tinha alguns anos. Foi em 2013 que a Organização iniciou o projeto *Manancial de Cultura*, desenvolvido até 2015, que contava com a produção do *Jornal Mural Sabor de Cuidar*. Este jornal estava disponível em sua forma física por diversos espaços de atuação do projeto no território e seu conteúdo decorria das ações desenvolvidas, como explica [Bel Santos Mayer](#):

[...] o projeto Manancial de Cultura tinha muitas coisas. Tinha essa coisa do estêncil, bordado, produção de vídeo, a as atividades de leitura. Era essa coisa chamada Manancial de Cultura mesmo. Aqui [Parelheiros] é um manancial conhecido pelo seu potencial hídrico, o Centro de São Paulo consome a cada 5 copos de água, 3 deles vem de Parelheiros, as pessoas bebem a água, mas não querem saber da cultura que está lá. Então é essa a ideia, ser um manancial de cultura, saber que você não está só bebendo a água de Parelheiros, vocês deveriam se importar com o caldo cultural que existe naquele território.

E o jornal mural era também um dos instrumentos de comunicação produzidos dentro das escolas com estudantes, [...] e aí jornal mural ficava dentro das escolas e o Zine ia para o comércio. Depois a gente conseguiu perceber o potencial que tinha imprimir esse jornal mural e espalhar por todos os espaços onde a comunidade estava. Ele se chamou Sabor de Cuidar, por que a gente falava que cuidar é algo que traz um sabor, a gente só saborear, saber que a gente pode cuidar, sentir o sabor de cuidar do território, de cuidar das pessoas, de cuidar da gente. E o Sabor de Cuidar teve 3 edições que nós mesmos, a comunidade toda, contando o que estava acontecendo dentro dos vários projetos, e isso espalhado por todo território.

Com a minha chegada ao IBEAC como estagiário de comunicação e educomunicação em 2019, e com a organização já sensibilizada pelos princípios educacionais, uma vez que as coordenadoras haviam tomado contato com a Educomunicação anteriormente, a equipe debateu o retorno de um projeto de comunicação comunitária na perspectiva do direito humano à comunicação. A discussão foi levada para os times dos projetos, que compreenderam a importância da comunicação para as ações que desenvolvem no território. A partir daí desejaram retomar o projeto do jornal mural, com o conteúdo e a gestão realizados pela comunidade de Parelheiros. A fala de [Claudia Dias Nogueira](#) ilustra este percurso:

[...] e aí começa muito disso, de um movimento em 2019 de retomada de um jornal mural pensando uma periodicidade, pensando uma construção coletiva junto com todos os interagentes do território e também que estão fora dele,

contribuições de outras pessoas. E a gente começou a trabalhar então com o *Jornal mural*, isso em 2019, a ideia do jornal mural já começou a nascer.

Para tanto, em 2020 foi constituído um conselho editorial composto por dois representantes de cada time, que foram indicados pelos mesmos, de acordo com o interesse e disponibilidade. Também participam do conselho as gestoras de projeto do IBEAC, Claudia Nogueira, Flávia Kolchraiber e Val Rocha, a presidenta da organização Fernanda Pompeu (também responsável pela revisão dos textos), contando também com a minha presença na qualidade de educador (que também realiza a editoração do jornal digital). Este conselho editorial tem como função assegurar as pautas de interesse deste jornal, identificar as pessoas que possam contribuir com o conteúdo e acompanhar o processo de produção de cada edição, bem como discutir com os/as demais membros/as dos times a respeito do jornal. Todas as etapas de constituição do jornal foram e são decididas colaborativamente, incluindo o nome, identidade visual, colunas, periodicidade, temas e pautas.

A partir de então, iniciamos a elaboração do primeiro *Jornal Mural Vozes Daqui: de Parelheiros para o mundo*. A primeira edição buscou homenagear as Mulheres, uma vez que seria lançado em março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Também, foram estabelecidas colunas fixas, mas não exclusivas, a saber:

- Editorial: Um artigo escrito em nome do Conselho Editorial que apresentará o jornal e sua opinião a respeito de determinado tema.
- Do lado de cá- Dedicada a noticiar acontecimentos e ações desenvolvidas no território, relacionado aos projetos
- Do território: Dedicada se a divulgar eventos e ações que acontecerão no território, e que não necessariamente estão ligadas aos projetos.
- Ler, ver e contar: Dicas ou resenhas literárias. Também é o espaço para divulgar outras dicas de como realizar ações no território, como saraus, Slam e etc., bem como divulgar artistas que residentes e suas obras, sejam desenhos, poemas, contos, fotografias e etc.
- Gente Daqui: Divulgar o trabalho e ações de lideranças de Parelheiros.
- Escrevivendo: Escrever a partir de experiências vividas, histórias de vida.
- Põe na Agenda: Agenda de eventos e ações no território.

Integralmente escrito por mulheres, esta primeira edição (Figura 1) trouxe 5 textos, dentre eles entrevistas com lideranças, divulgação do evento referente ao mês das mulheres,

autobiografia, resenha literária etc. Próximo do lançamento de sua versão física, entramos na pandemia, com o consequente estabelecimento da necessidade de isolamento social. Criar e expor o jornal mural de forma física, portanto, era impossível, uma vez que os espaços físicos onde seriam expostos foram fechados. Então, decidimos que o jornal mural teria seu lançamento em versão digital.

Figura 1 - 1º edição do jornal digital Vozes Daqui: de Parelheiros para o mundo



Fonte: Print do Autor<sup>30</sup>

Neste contexto de pandemia, a equipe do IBEAC e dos projetos observou que suas ações estariam dedicadas a atuar para diminuir os impactos causados pelo coronavírus na região. Foi então que se iniciou a campanha dos 4Ps: pão, proteção, poesia e plantio. Fazer chegar alimentos, máscaras artesanais e de acetato, produtos de higiene pessoal e do lar, informações de prevenção, livros novos e estímulo a hortas nos quintais e comunitárias, fizeram parte do intenso trabalho dos times e da Organização neste período. No que tange à proteção, integramos as ações produzir e difundir informações a respeito da pandemia.

Preocupados em criar materiais que levassem essas informações para a comunidade, a partir de mídias sonoras, principalmente para o público não habituado à leitura, a equipe, os

<sup>30</sup> Print a partir do site Vozes Daqui de Parelheiros. Disponível em <<https://comunica068.wixsite.com/vozesdaqui/jornal-vozes-daqui>>. Acesso em 23 dez. 2020.

times e o conselho editorial do jornal decidiram criar o *Podcast Vozes Daqui de Parelheiros*. Inicialmente com programas que traziam informações a respeito da prevenção do COVID-19, combatendo as notícias falsas especialmente levando em conta que os casos aumentavam principalmente nas regiões periféricas. Aos poucos, o podcast foi tomando forma e trazendo temas diversos, a partir da vontade da própria comunidade: literatura, biblioteconomia, agroecologia, permacultura, maternidade, primeira infância, alimentação saudável, dicas de escrita e mais. [Claudia Dias Nogueira](#) explica esse crescimento:

Mas aí com a pandemia a gente entrou num contexto de atuação à distância, isolada, então esse jornal que ia ser mural se transformou em um jornal digital. E a gente começou a pensar e também ser muito provocado pelo contexto, sobre quais outras formas de atuação na comunicação a gente poderia ter para permanecer junto com a comunidade e mais próximo possível, mesmo estando no contexto do isolamento. Então a gente começou a trabalhar também com podcasts nesta ocasião. E a gente começou a construir que podcast seria esse, como seria esse podcast, como a gente iria se organizar em isolamento para produzir isso.

A edição e compartilhamento do podcast segue um rodízio entre os times. Internamente, cada time também cria seu rodízio para que todos os conteúdos sejam compartilhados. Os programas prontos são disponibilizados na Plataforma *Anchor*, que distribui para o *Wix Podcast*, *Spotify* e outras plataformas. Também, os programas são encaminhados por meio de mídias MP3 no *Whatsapp* para parceiros e comunidade, chegando inclusive nos seis bairros de atuação da Organização do distrito de Parelheiros.

As duas mídias produzidos colaborativamente pela comunidade, com o apoio das organizações IBEAC e CPCD e parceiros, fortaleceram o projeto e constituição da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros. Ancorada nos pressupostos da educomunicação, a Agência parte do princípio de que o acesso à informação, à produção de conteúdo, o uso de meios de comunicação são direitos humanos e fazem parte do exercício da cidadania. [Claudia Dias Nogueira](#) conta como iniciou a constituição da Agência:

[...] a gente já tinha uma experiência de um livro das Ruas Adotadas que foi escrito, têm vários contos, poemas e textos do processo das Ruas Adotadas, que a ideia é você adotar a rua para gente fazer o movimento de tornar aquela rua mais acolhedora para as crianças [...]. Juntou então o Jornal mural, os podcasts, essa experiência que já tinha do livro anterior, a atual experiência que a gente também está tendo de construir o primeiro livro do bebê de Parelheiros que vai se chamar *Nascidos Para Ler*<sup>31</sup> e a gente falou “não, então

---

<sup>31</sup> O livro “Nascidos Para Ler” é uma iniciativa do IBEAC, em parceria com o Instituto Emília e o Centro de Excelência em Primeira Infância, com o apoio do Itaú Social. Objetivando que os/as bebês já saiam da maternidade

vamos pensar, vamos ampliar, porque não pensar uma Agência de comunicação comunitária?”. [...] Então a gente se inscreveu para o VAI, propondo essa constituição dessa agência comunitária. A gente foi aprovado, a ideia da do desenvolvimento da Agência e agora a gente está no momento de aguardar para o repasse dos recursos para a gente dar um pontapé inicial na construção dessa agência a partir de todas essas iniciativas, destas experiências que a gente tem tido desde o final de 2019.

O projeto foi submetido ao Edital 2020 do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, para apoiar atividades artístico-culturais promovidas por jovens de baixa renda de diversas regiões da cidade de São Paulo com escassos equipamentos de cultura. Concorreu e foi aprovado, sendo contemplado por um aporte financeiro para a compra de equipamentos e formação da equipe.

Para a concentração de todos os conteúdos produzidos pela *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*, foi criado um site que reúne os *podcasts*, o jornal digital, futuras publicações, futuras produções audiovisuais e agenda (Figura 2).

**Figura 2 - Print da homepage do site da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros**



Fonte: Print do Autor<sup>32</sup>.

com o seu primeiro livro, o material tem sido produzido por mobilizadores/as sociais, mediadores/as de leitura, agentes de saúde, voluntários/as e comunidade.

<sup>32</sup> Print a partir do site Vozes Daqui de Parelheiros. Disponível em <<https://comunica068.wixsite.com/vozesdaqui>>. Acesso em 23 dez. 2020.

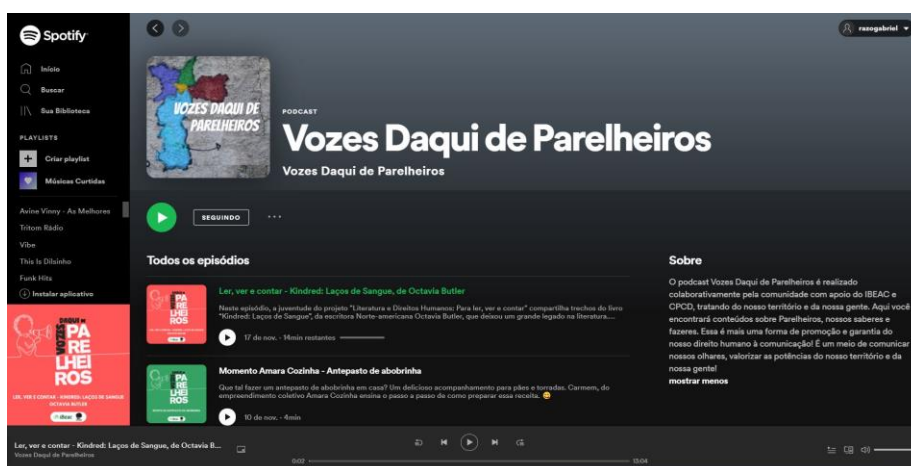
No desenvolvimento do projeto, o conselho editorial se reúne através de chamadas de vídeo para debater propostas, realizar avaliações do processo, apontar mudanças necessárias e propor temas e pautas para o *Vozes Daqui de Parelheiros*. O mesmo ocorre com os times dos projetos desenvolvidos pela Organização no território. Nestas reuniões, já foram discutidas propostas de logotipo e identidade visual (Figuras 3), *layout*, plataformas (Figura 4), etc. Sendo assim, é possível observar as mudanças estruturais no *layout* das edições do jornal digital (Figuras 5 e 6).

**Figura 3** - Logo do *Vozes Daqui de Parelheiros* aplicado em fundo colorido



**Fonte:** AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA VOZES DAQUI DE PARELHEIROS (2020).

**Figura 4** - Página do Podcast *Vozes Daqui de Parelheiros* no Spotify versão desktop.



**Fonte:** Print do Autor<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Print a partir do site Spotify. Disponível em [https://open.spotify.com/show/1HUmVqgqEmgikyIT04np8d?si=K2\\_21qk\\_QxiV1yjRfw2dg](https://open.spotify.com/show/1HUmVqgqEmgikyIT04np8d?si=K2_21qk_QxiV1yjRfw2dg). Acesso em 23 dez. 2020.

Figura 4 - Capa da 2ª edição do jornal digital Vozes Daqui: de Parelheiros para o mundo



### GENTE DAQUI

Campanha de distribuição gratuita de máscaras no território de Parelheiros, São Paulo-SP.

### DO LADO DE CÁ

De mãe para filho e de filho para mãe: "As crianças podem falar o que sentem de variadas maneiras".

### ESCREVENDO

A mediadora de leitura Sara Regina, moradora de Parelheiros, contou sua superação da Covid-19.

### DO TERRITÓRIO

Em "Mulher, você não está sozinha!", Rafaela Nunes fala sobre a importância das redes de apoio entre mulheres.

### LER, VER E CONTAR

Ações básicas para se proteger do coronavírus. Uma poesia sobre a quarentena. Aprenda uma receita fácil de sabão.

### FICA EM CASA

Para você que está em casa, algumas dicas de materiais para passar essa quarentena.

## PÃO, PROTEÇÃO E POESIA

OS 3 P'S: É COMO TEMOS CHAMADO NOSSAS AÇÕES PARA GARANTIR O ALIMENTO, O (AUTO)CUIDADO E A LITERATURA DURANTE A PANDEMIA EM PARELHEIROS.



TEXTO: CONSELHO EDITORIAL. FOTO: FLÁVIA KOLSHRAIBER.

O acesso à informação, à produção de conteúdo e o uso de meios de comunicação são direitos humanos! Narrar nossas histórias, contar nossas vivências, acessar informações e ser escutado faz parte do exercício da cidadania. São essas premissas, ancoradas na Educomunicação, que dão vida ao Vozes Daqui: de Parelheiros para o Mundo. Esse é um espaço para escrevermos sobre Parelheiros. A partir de nossos olhares, valorizando as potências do nosso território e da nossa gente! Desde o início da pandemia, os times do IBEAC e CPCD têm se articulado no território, junto à comunidade, para enfrentar a pandemia do Coronavírus. Garantimos que alimentos, máscaras, produtos de higiene pessoal e do ambiente, bem como, orientações de (auto)cuidado, por meio de carros de som e livros, chegassem às famílias. Através das redes sociais, disponibilizamos mediações de leitura, dicas literárias e podcasts. Temos chamado essas ações de 3 P's: Pão, Proteção e Poesia chegando às casas para e pela comunidade de Parelheiros!

**CONSELHO EDITORIAL:** Bruno Souza; Claudia Nogueira; Eduardo Faria; Fernanda Pompeu; Flávia Kolchraiber; Gabriel Razo; Laniela Feitosa; Rafaela Nunes; Sidineia Chagas; Thamiere Gouveia; Valdirene Rocha; Valéria Macoratti; Vania Santos; Wender Games.

**COLABORADORES DESTA EDIÇÃO:** Fernanda Pompeu; Laniela Feitosa; Mara Sara Jacaranda; Maria Lúcia; Maria Patricia de Araujo de França Ribeiro; Rafaela Nunes; Sara Regina; Sidineia Chagas; Valdirene Rocha.

**REVISÃO:** Fernanda Pompeu.

**EDIÇÃO:** Cláudia Nogueira e Gabriel Razo.

**INSTITUCIONAL:** IBEAC - ibeac.org.br | CPCD - cpced.org.br

Realização:



Apoio:



Fonte: Print do Autor<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> Print a partir do site Vozes Daqui de Parelheiros. Disponível em <https://comunica068.wixsite.com/vozesdaqui>. Acesso em 23 dez. 2020.

Figura 5 - Capa da 2ª edição do jornal digital Vozes Daqui: de Parelheiros para o mundo



# VOZES DAQUI

## # DE PARELHEIROS PARA O MUNDO

ANO 1 - Nº 3 - JULHO/SETEMBRO DE 2020

### DO LADO DE CÁ

Em "Os Ps de Parelheiros", compartilhamos a importância das hortas comunitárias nas comunidades.

### GENTE DAQUI

Em "O Lado escuro da maternidade", Jéssica, do bairro São Norberto, conta sobre as experiências de ser mãe

### DO TERRITÓRIO

Sobrevivendo a falta de acesso à comunicação, o Coletivo Amara Cozinha Saudável se reinventou em meio a pandemia.

### LER, VER E CONTAR

Ketlin Santos e Bruno Souza falaram sobre a importância da literatura negra na luta por uma educação antirracista.

### ESCREVENDO

Maria Amorim, Mãe Mobilizadora do Bairro São Norberto, compartilhou conosco o conto "Era apenas um Corpo" de sua autoria.

### FICA EM CASA

Para você que está em casa, algumas dicas de materiais para passar essa quarentena.

## AMARAS: DANDO A VOLTA POR CIMA

### SOBREVIVENDO A FALTA DE ACESSO À COMUNICAÇÃO, O COLETIVO AMARA COZINHA SE REINVENTOU EM MEIO A PANDEMIA. | P. 04 |



### EDITORIAL

TEXTO: CONSELHO EDITORIAL.

O acesso à informação, à produção de conteúdo e o uso de meios de comunicação são direitos humanos! Narrar nossas histórias, contar nossas vivências, acessar informações e ser escutado faz parte do exercício da cidadania. São essas premissas, ancoradas na Educomunicação, que dão vida ao Vozes Daqui: de Parelheiros para o Mundo. Esse é um espaço para escrevermos sobre Parelheiros. A partir de nossos olhares, valorizando as potências do nosso território e da nossa gente!

**CONSELHO EDITORIAL:** Bruno Souza; Claudia Nogueira; Eduardo Faria; Fernanda Pompeu; Flávia Kolchraiber; Gabriel Razo; Laniela Feitosa; Rafaela Nunes; Sidineia Chagas; Thamires Gouveia; Valdirene Rocha; Valéria Macoratti; Vania Santos; Wender Gomes.

**COLABORADORES DESTA EDIÇÃO:** Bruno Souza Francisca Jéssica Rodrigues; Ketlin Santos; Laniela Feitosa; Maria Amorim; Paulo Paz; Wender Gomes.

**REVISÃO:** Fernanda Pompeu.

**EDIÇÃO:** Cláudia Nogueira, Gabriel Razo e Valdirene Rocha.

**INSTITUCIONAL:** IBEAC - [ibeac.org.br](http://ibeac.org.br) | CPCD - [cpcd.org.br](http://cpcd.org.br)

**Realização:**




**Apoio:**







Fonte: Print do Autor<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Print a partir do site Vozes Daqui de Parelheiros. Disponível em <https://comunica068.wixsite.com/vozesdaqui>. Acesso em 23 dez. 2020.

Até a data da escrita deste trabalho<sup>36</sup>, a *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros* contabilizava 3 edições do jornal digital *Vozes Daqui: de Parelheiros Para o Mundo*, somando 18 produções textuais. No que diz respeito à visualização, foram totalizados 202 acessos<sup>37</sup> às edições do *Jornal Digital Vozes Daqui: de Parelheiros para o mundo* durante o ano de 2020.

Também foram contabilizados<sup>38</sup> 58 episódios do *Podcast Vozes Daqui de Parelheiros* com 1.239 reproduções no total. Os principais canais de reprodução foram Spotify (41%), seguido por Apple Podcasts (13%), Anchor (6%) e Overcast (4%). Outros somaram 36%. Quanto ao perfil do público, 68% é feminino e 19% masculino. Não especificados somam 13%. Quanto à idade, a faixa etária de maior presença é de 35-44 anos (33%), seguidos de 28-34 (21%), 45-59 (19%), 23-27 (9%), 18-22 (6%) e +60 (4%). Não foi identificado nenhuma reprodução do público de 0-17 anos.

Em relação à localização geográfica, o público brasileiro (59%) foi o que deu mais audiência aos podcasts. São Paulo (81%), com 12 cidades, foi a região que mais produziu os podcasts, com a Capital (56%) em destaque, seguido de Taubaté, Ribeirão Preto, Campinas, Porto Ferreira, São Bernardo do Campo, Vargem Grande Paulista, Jacareí, Pirassununga, Santo André, Caieiras e Mauá.

Houve reproduções de outros estados Brasileiros, contabilizando 16 cidades. No estado do Rio de Janeiro (26%), a cidade do Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu e Duque de Caxias acessam os conteúdos. Goiás somou 6% das reproduções, com as cidades de Caldas Novas, Rio Quente e Piracanjuba. No estado do Paraná (5%), somente a cidade de Maringá reproduziu os podcasts. Em Minas Gerais (2%), Belo Horizonte, Jaíba e Varginha reproduziram. Os Estados do Rio Grande do Norte (com a cidade de Natal), Rio grande do Sul (com a cidade de Dois Irmãos), Santa Catarina (com a cidade de Florianópolis), Bahia (com a cidade de Feira de Santana) e Distrito Federal também escutaram as produções.

Os podcasts também chegaram em outros países. São eles: Estados Unidos com 30% (Ohio, Washington, Virginia, Texas, Nova Jersey, Oregon e Califórnia); Irlanda com 6%

---

<sup>36</sup> A contagem foi feita a partir do site da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros até a data de 20 de novembro de 2020. Disponível em <<https://comunica068.wixsite.com/vozesdaqui>>. Acesso em 16 nov. 2020.

<sup>37</sup> Os dados de acesso foram obtidos a partir do site da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros até a data de 20 de novembro de 2020. Disponível em <<https://comunica068.wixsite.com/vozesdaqui>>. Acesso em 16 nov. 2020.

<sup>38</sup> Dados obtidos a partir do painel de controle da plataforma Anchor no dia 20 de novembro de 2020.

(Leinster); Canadá (British Columbia), Portugal, Reino Unido e Alemanha (Thuringia) somaram 1% cada um.

Neste sentido, é possível perceber que as produções da comunidade de Parelheiros têm chegado em outros estados brasileiros, bem como fora do país. O motivo pode ser pela rede de parceiros que o IBEAC tem, como por exemplo a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), a Rede Literasampa, e outras parcerias nacionais e internacionais.

Apesar da diversidade de localidades em relação ao alcance dos podcasts, o número total de reproduções é de 1.239, somando cerca de 21 reproduções por episódio.

#### **4. AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA VOZES DAQUI DE PARELHEIROS: O DESENVOLVIMENTO DOS SUJEITOS, DO TERRITÓRIO E DE SUAS AÇÕES**

Após a contextualização a respeito do território, da Organização, dos projetos desenvolvidos por ela e da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*, este capítulo se dedica a analisar as respostas obtidas nas entrevistas em profundidade semiestruturadas, de acordo com os aspectos metodológicos já mencionados. Este capítulo tem por objetivo, como já apresentado: 1) Entender o papel da organização social envolvida no desenvolvimento da Agência e na promoção da comunicação comunitária no território de atuação 2) Compreender como as gestoras desta organização entendem a comunicação comunitária e o direito humano à comunicação e 3) Entender as motivações e como os sujeitos participantes da Agência se apropriam, compreendem e exercem a comunicação comunitária.

A seção 4.1. deste capítulo trará as motivações das pessoas da Organização Social para estimular projetos de comunicação comunitária no território. A Seção 4.2. se interessa em saber quais são as motivações dos sujeitos em participar de projetos de comunicação comunitária. A seção 4.3. se dedicará a apontar as potencialidades da Comunicação comunitária para o desenvolvimento de cada sujeito, do território e das ações que desenvolvem. A seção 4.4. trará os desafios enfrentados, tanto pela organização quanto pelos sujeitos, para a produção de comunicação comunitária em Parelheiros. Por fim, a 4.5 traçará as características do/a comunicador/a comunitário/a.

Cabe endossar que, a partir das entrevistas e das observações, ficou evidente que os/as jovens entrevistados/as atuam movimentos sociais em seus territórios e desenvolvem múltiplos projetos, sejam a partir de organizações sociais ou em coletivos independentes.

#### 4.1. Por que estimular a comunicação comunitária?

É sabido que muitos movimentos de comunicação comunitária surgem a partir do apoio e estímulo de Organizações da Sociedade Civil nos territórios onde atuam. Estas organizações se vinculam aos movimentos sociais e atuam para a reivindicação de direitos. Segundo Peruzzo (2004, p. 45) são “animadoras e fermentadoras de grupos sociais populares e sindicais. Sua atuação, em geral, se dá no nível da conscientização, da denúncia, do assessoramento jurídico e político, da articulação, da formação, da sistematização e divulgação de informações.”. Como já exposto aqui, o IBEAC, organização social envolvida no desenvolvimento do *Vozes Daqui de Parelheiros* tem atuado no território, junto à comunidade com ações descritas anteriormente, com um relevante histórico de envolvimento com a comunicação comunitária.

Na investigação deste trabalho, foi possível perceber através das falas de [Bel Santos Mayer](#) e [Claudia Nogueira](#), diversas motivações para o desenvolvimento de projetos nesta modalidade de comunicação no território. Ambas afirmam que a demanda da construção coletiva de comunicação parte também da comunidade. Portanto, o primeiro ponto a ser destacado é de que a motivação precisa ser de interesse das pessoas do território, tendo elas como protagonistas dessas produções, como indicam [Bel Santos Mayer](#) e [Claudia Dias Nogueira](#):

Olha, a gente apoia porque isso nasce da comunidade também. Então é da comunidade também dessa aproximação.

Então, como que a gente desenvolve projetos e políticas a partir da comunidade? Esse é o olhar da Agência Comunitária, vem de uma construção da comunidade. Por isso que, na minha opinião, comunitária. E ela só faz sentido de existir se a comunidade está produzindo e tomando a frente desta constituição, dessa elaboração desta agência.

Ainda, constatou-se que as membras da organização compreendem que o acesso à comunicação está para além do acesso à informação. O objetivo é que as pessoas da comunidade passem a ser sujeitos ativos no processo de narrar a si e o território, denotando também essa motivação para o desenvolvimento de projetos de comunicação. E assim, as pessoas aguçam os sentidos para perceber como são descritas por outros, pelas mídias e, no processo, perceber como se descrever e falar sobre sua comunidade, como indica [Bel Santos Mayer](#):

Você ser só o consumidor de comunicação te coloca num lugar muito passivo e numa passividade preocupante. Quais são os adjetivos que os outros utilizam para nos descrever? [...] Quais são as palavras que as pessoas usam para falar de nós? Quando a gente começa a ser produtor de comunicação, além de nós

escolhermos as palavras que servem de espelho, a gente consegue também ter uma leitura crítica do que os outros escrevem. Apoiar a comunicação para nós é tão essencial quanto apoiar que as pessoas encontrem a suas palavras para falar de si, para falar do seu lugar, para falar da sua família, aquilo que Concessão Evaristo chama de *Escrevivência*, essa escrita que passa pelo seu corpo, pela sua vivência. Apoiar essas formas de comunicação locais é a única forma humana de comunicação. Todo mundo tem que ter o direito a falar, a refletir e a criticar as palavras que são usadas para falar sobre si e sobre o seu local.

Esta perspectiva é aderente à educomunicação, que também faz parte do repertório das gestoras, como indica a fala de [Claudia Dias Nogueira](#):

A gente entende a Agência na verdade partindo do conceito da educomunicação. [...] A gente tem que pensar a comunicação não só do ponto de vista de ter acesso à informação, de poder expressar e se expressar também, mas também usar os meios de comunicação. Você pode ser um comunicador, usar esses meios, seja por jornal, seja por *podcast*. [...] porque a gente acredita que os processos só são de longo prazo e só são transformadores quando essa comunidade está empoderada do que ela está fazendo, do que ela quer para ela, do que ela acredita que para ela é importante e olhando, claro, a comunicação como um direito humano.

Estas falas vão na direção dos conceitos de comunicação já discutidos anteriormente, expressos nos estudos de KAPLÚN (1985) e FREIRE (2013 e 2019b), compreendendo assim a comunicação como um direito, em uma relação dialógica onde os sujeitos são ativos no ato de comunicar, apontando a dimensão política da comunicação, retomando a ideia de que a comunidade é protagonista deste processo. Neste sentido, nota-se a percepção de [Bel Santos Mayer](#) a respeito da importância de projetos de comunicação comunitária no desenvolvimento pessoal dos sujeitos participantes, possibilitando um despertar crítico, quando os mesmos se apropriam de suas narrativas e as constroem, não sendo mais meros repositórios passivos como numa relação “bancária” (FREIRE, 2019b), questões já discutidas anteriormente.

Ainda, é possível notar a percepção de [Bel Santos Mayer](#) e [Claudia Dias Nogueira](#) de que o envolvimento com as produções de comunicação comunitária possibilita a formação do sujeito para a cidadania através deste despertar crítico, como também destaca Peruzzo (2007, p. 22):

Os meios de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver

e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática.

Citado na fala de [Bel Santos Mayer](#), o conceito de *Escrevivência* de Conceição Evaristo confere um sentido específico às produções realizadas por coletivos e grupos de comunicação comunitária, indicando um maior vínculo e identificação do sujeito com a comunidade a qual escreve/conta/narra e um maior vínculo e identificação da comunidade com o sujeito, uma vez que este conceito pode ser entendido por:

[...] contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. (SOARES; MACHADO, 2017, p. 206)

Ainda, importa incentivar a comunicação para a valorização e a promoção do conhecimento do território, disseminando-o e possibilitando que muito mais pessoas acessem e façam parte da produção destes saberes, possibilitando a conexão entre o externo com o território e o território com o externo, como identificam [Bel Santos Mayer](#) e [Claudia Dias Nogueira](#):

Então incentivar, apoiar e garantir nos projetos a questão da comunicação é considerar que o conhecimento precisa ser disseminado. Então, tudo aquilo que a gente produz na Instituição não é segredo. A gente não faz das tecnologias sociais que nós desenvolvemos, dos conhecimentos adquiridos um segredo [...]. Apoiar as formas de comunicação é dizer que o saber é de todo mundo. E a gente precisa encontrar outros jeitos de dizer. Nós temos um lema lá em Parelheiros que tudo o que a gente lê, a gente procura explicar e reescrever até a mãe da gente entender. Porque nós, lá em Parelheiros até agora, a extrema maioria é filha de mães que não frequentaram a escola ou que abandonaram os primeiros anos escolares para trabalhar. Então, quando a gente diz que a gente vai explicar, escrever para mãe da gente entender é esse respeito às nossas mães, porque aquilo que elas entendem, eu entendo também. Então, a obrigação de explicar numa linguagem acessível é a nossa, de quem leu mais, de quem estudou mais e sem sonegar informação.

A gente, como uma organização social, o nosso objetivo é tentar buscar ferramentas e como viabilizar as ideias que vêm do território, que surgem nas conversas com esses grupos de atuação local. A gente tem trabalhado então nessa facilitação, nesta mediação, como a gente conecta a universidade com o território, como que a gente conecta o território com a universidade, entendendo que ambos são *locus* da produção de conhecimento.

Peruzzo (2007) sinaliza justamente estes potenciais das práticas de comunicação comunitária, ou seja, de produzir e socializar estes conhecimentos e da conscientização crítica:

Por seus conteúdos podem dar vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder (compreender melhor as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais. (p. 22)

Por último, [Bel Santos Mayer](#) e [Claudia Dias Nogueira](#) reforçam que consideram importante fomentar projetos de comunicação no território porque a comunicação é um direito humano. Para que seja garantido a diversidade de vozes a serem escutadas, o acesso à comunicação (bem como à internet) precisa ser distribuído, a começar pelos que tiveram menos acesso, como aponta [Bel Santos Mayer](#):

Então garantir o direito humano à comunicação é garantir uma polifonia de vozes, mas precisam ser escutadas uma a uma, e começando por quem teve sempre menos direitos à fala, por quem foi silenciado ao longo da história. [...] O IBEAC acredita que a comunicação é um direito humano e como nós tivemos muitas pessoas sem esse direito garantido, hoje ele precisa ser distribuído de forma desigual, então tem que começar por quem teve menos oportunidade de falar, de utilizar os meios de comunicação. Por que temos lutado pela garantia da banda larga nas periferias? O que aconteceu durante essa pandemia? A desigualdade foi intensificada. A educação virou digital e as pessoas tendo um celular para uma família inteira e sem conexão, então o que vai reverberar no abandono escolar, o que isso vai significar? Então a gente precisa se preocupar antes de melhorar a Internet nas áreas centrais... eu vejo toda hora alguém reclamando como está ruim a conexão no Centro, mas tem gente que nem conexão conseguiu ainda. Então é oferecer de forma desigual, tem que ser a nossa bandeira.

Portanto, pode-se verificar que a organização parte do princípio de que a comunicação é um direito humano fundamental, sendo base de sustentação para as motivações de se desenvolver projetos de comunicação comunitária. Sendo assim, uma das motivações é a de que a demanda de produção comunicação no território parta também da comunidade, que esta se aproprie e seja protagonista deste processo. Outro importante motivador é o desejo de que os sujeitos produzam seus próprios conhecimentos, e que a partir deles possam ser protagonistas das histórias de si e do território. Que a comunidade se conecte a outros espaços, e que outros espaços se conectem à comunidade. Por último, garantir que as comunidades sejam produtoras de comunicação comunitária garante que tenhamos múltiplas vozes a serem escutadas.

## 4.2. Por que fazer comunicação comunitária?

Por meio das entrevistas, interessou saber quais são as motivações de participar da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*. As respostas das pessoas entrevistadas apontam, além dos motivos, também as potencialidades desta modalidade de comunicação.

Uma motivação presente na fala das três pessoas entrevistadas foi a possibilidade de impactar positivamente e inspirar as pessoas de suas comunidades com as produções que realizam, proporcionando o desenvolvimento das pessoas do território onde vivem e oferecendo outras referências, como indicam **Mara Sara Jacarandá**, **Rafaela Nunes** e **Alef de Paula Santos**:

[...] porque é realmente importante, você sente que se isso chegar na vida das pessoas e elas também se apropriarem disso, vai causar um impacto nelas. É muito importante continuar, porque tem dado voz para muita gente que achava que não tinha voz.

As pessoas vão cada vez mais ver e acessar o nosso conteúdo, entender, nem que seja para colocar uma pulguinha atrás da orelha das pessoas que leem o nosso conteúdo, a gente vai conseguir levar essas informações, esses outros pontos de vista, essas outras possibilidades e essas outras visões de mundo e eu acho que são trabalho fundamental porque se a gente não começar de algum lugar se a gente não se não tiver essa iniciativa de ir contra essa maré, a gente não vai chegar em lugar nenhum, a gente não vai transformar, a gente não vai impactar de forma positiva a sociedade, a gente não vai deixar as nossas boas contribuições no mundo. [...] Quero continuar escrevendo para o jornal porque essa é uma das minhas boas contribuições para o mundo que eu idealizo e que eu penso que seria o melhor para todos.

Eu acho que quando eu faço de *podcast*, ou quando eu faço apresentações e tal, sendo jovem e outros jovens olham e falam “Olha que *daora*, ele consegue se expressar *daora* e eu também consigo”, aí eu faço com que outras pessoas tenho essa atitude também de querer mostrar a sua arte, mostrar o que está pensando.

Outra motivação percebida, que também pode ser enxergada como uma potencialidade, é a valorização da autoestima das pessoas que participam das produções, mesmo que o conteúdo publicado não seja daquela pessoa. A participação no processo proporciona o sentimento de representatividade, como explica **Mara Sara Jacarandá**:

É superdivertido mesmo quando você vê publicado e você fala “meu deus, eu sou muito jornalista”, as vezes nem é, mas você se sente tão parte daquilo e fala “que legal”. [...] Então mesmo que não seja um texto seu, mas que seja um texto de outras pessoas que te representem, você vai se sentir bem, vai se sentir parte. Então continuar participando é isso. Mesmo com a divulgação, mesmo com o auxílio, mesmo com a valorização do trabalho do outro, de falar

“olha, eu te vi e achei super legal”. Então toda essa parte de participação é importante e você vê como as pessoas vão se transformando nesse processo.

Segundo Lópes Vigil (2003), a comunicação comunitária possui este potencial de elevar a autoestima: “A comunidade se escuta e escutando-se aumenta a sua autoestima individual e coletiva. Os vizinhos se conhecem mais, se reconhecem melhor. [...]” (apud PAIVA, 2018, p. 83). Ainda, por tratarem de temas de interesse por parte da comunidade, as produções “não são espetáculos a que se assiste, mas dos quais se participa, o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e de cultivo dos valores históricos e culturais” (PERUZZO, 2004, p. 157).

Em suma, nota-se que as principais motivações para a participação das produções de comunicação comunitária trazidas pelas pessoas entrevistadas estão sempre ligadas à coletividade, ao desenvolvimento coletivo das comunidades onde atuam. Destaca-se o interesse em proporcionar o desenvolvimento das pessoas do território, estimulando que mais pessoas realizem suas ações. Também transparece o desejo de oferecer outras referências a respeito dos assuntos de interesse da população. Por último, a autoestima e o sentimento de representatividade e pertencimento aparece como motivador.

### **4.3. As potencialidades da comunicação comunitária**

Além das potencialidades já apresentadas na seção 4.2., destacaremos aqui com maior dedicação outras percebidas na fala do/das jovens. Esta não é uma exposição do ponto de vista instrumental do uso da comunicação comunitária, mas sim a apresentação de características a partir das experiências que esta modalidade de comunicação possibilita.

Foi percebida de forma unânime, nas falas de **Rafaela Nunes**, **Mara Sara Jacarandá** e **Alef de Paula Santos**, a necessidade e a possibilidade do trabalho em rede com outros coletivos e grupos de comunicação comunitária no território, para potencializar o trabalho de ambos os coletivos/grupos e trocar os conhecimentos adquiridos.

E eu acho que só com a gente nos comunicando, conseguindo passar essas mensagens, conseguindo trocar as experiências é que a gente vai poder trabalhar em rede, e somente trabalhando em rede que a gente promove o desenvolvimento local. Acho que só através disso que a gente vai conseguir de fato impactar o território que a gente vive e para isso a gente precisa trocar, e a gente precisa trocar através da comunicação.

Eu tenho entendido o que é comunicação na verdade, que ainda é muito grande quando você entende e vai em busca de mais informação, tenho entendido que talvez existem outras agências como o *Vozes Daqui* [de Parelheiros] que fazem parte de Parelheiros, que merecem ser escutadas e que vão fazer a diferença nesse início da nossa formação, ouvir sobre a caminhada deles e eu me considero essa pessoa que tenta ao menos comunicar.

[...] é importante porque gera comunicação entre as próprias pessoas do território. Aqui eu vejo muito esse lance de ter vários projetos espalhados, mas muita gente que a gente troca ideia, que a gente vê ou que a gente conversa não sabe dos movimentos, o que está acontecendo aqui é essa crescente na comunicação, ainda mais digitalmente, é bom para a população saber mais desses movimentos e assim a gente ajudar também. Por que sem a população ver isso a gente não consegue crescer e fazer com que quebrada cresça um pouco mais.

Segundo Peruzzo (2004, p. 156-157), a comunicação popular possibilita a divulgação e transmissão de cultura “presentes na música, na canção, no desenho, na literatura, na poesia, na dramatização teatral, na medicina popular e em outras manifestações da própria população, de pessoas da localidade, que assim têm onde se expressar.” As falas de **Rafaela Nunes** e **Mara Sara Jacarandá** demonstram que as produções realizadas e as ações no interior da *Vozes Daqui de Parelheiros* estimularam as suas produções de escrita:

A escrita foi sempre uma coisa que fez o meu coração bater, que me deu ânimo para as coisas, quando eu não estava bem eu escrevia, e com o tempo eu fui perdendo um pouco essa ânsia pela escrita e eu acho que o *Vozes Daqui* [de Parelheiros], principalmente o jornal mural que se tornou virtual com essa pandemia, fez com que eu voltasse a ter essa ânsia pela escrita, e essa escrita é o que me instiga muito.

Uma das coisas que mais me proporcionou, o jornal e os trabalhos de comunicação que o IBEAC tem, foi esse direito à escrita, porque eu sempre gostei, mas não é muito valorizado aqui. Aqui o que é valorizado é o trabalho braçal e aquilo que traz dinheiro. Então a arte a gente não conhece, não tem acesso, a gente não valoriza. E esse tipo de arte, a literatura, eu conheci dentro, e eu gosto de escrever, me proporciona um prazer imenso. E as pessoas gostam de ler, então é mais legal ainda, você consegue chegar até alguém com um pensamento seu.

O/as três jovens entrevistado/as apontaram que as suas produções na Agência oferecem outras possibilidades de falar a respeito do território, trazendo outros olhares sobre Parelheiros, pelo olhar também das potencialidades, para além da mídia hegemônica e do senso comum:

Eu acho que quando a gente produz esses conteúdos, a gente está olhando sempre o lado cheio do copo, que é a história, se o copo está na metade, está meio vazio ou meio cheio? Então quando a gente vem com essa proposta de olhar hoje o lado meio cheio, pensando daí um território, pessoas que estão sempre nessa lógica de olhar o lado vazio do copo, então a gente está indo ali

contra a maré, a gente possibilita que as pessoas possam ver outras possibilidades, enxergar outras possibilidades dentro do território onde ela vive. Então acho que é isso que a gente está proporcionando para as pessoas, que elas possam ver outras possibilidades dentro do território onde elas vivem, para além das ideias que já estão pressupostas e já tem um conceito formado.

A gente tem todo um Estado que é preparado, a gente tem uma série de direitos que são nossos, a gente é cidadão e muitas vezes não exerce essa cidadania porque a gente não sabe que somos cidadãos de direito. E as pessoas não sabem e vão vivendo conforme isso, esse não saber delas. [...] Você tem que buscar o seu desenvolvimento constante, mas a gente tem esse viés muito limitado, da nossa *bolhazinha*. Então é um problema. Parece que esse mundo é só esse, e não é verdade. A comunicação vai proporcionar esse “não é verdade”.

Eu acredito que seja um crescimento mais pessoal, querendo ou não o que a gente vê de comunicação hoje é o que a mídia coloca para gente, é o que a mídia traz, Globo, Record, o que elas trazem para a população. Esse crescimento com a comunicação aqui na quebrada é bom porque a gente vê fora disso, fora da *casinha*, não existe só aquilo, existem outras coisas e é importante isso.

Estas narrativas estereotipadas a respeito do território que geralmente apontam exclusivamente as fragilidades provocam incômodo nas pessoas que vivem ali, perceptível na fala do/das entrevistado/as. A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie alerta que a “história única” sobre um povo ou população é perigosa, pois “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, P. 26). Esta modalidade de comunicação tem crescido justamente por envolver os grupos desassistidos pelos governos e subalternizados socialmente, se destacando como um movimento importante por incluir novas vozes (PERUZZO, 2007, p. 3).

O empoderamento e a influência na autoestima, potencialidades já mencionadas anteriormente, aparece novamente, mas desta vez vista a partir de uma experiência que a entrevistada **Mara Sara Jacarandá** relata:

Tem um caso engraçado sobre isso de pertencimento: A Ana Paula<sup>39</sup>, que é uma das moças que fez um dos textos, que ela é das Amaras, da Cozinha Amara, eu li o jornal e eu peguei e falei “olha que interessante, vou mandar para elas, não sei se elas já viram”. Aí mandei a foto e falei “nossa, está famosa” e ela ficou muito feliz. E eu falei “olha que legal” é sobre isso, sabe? Sobre se identificar naquilo, né? É sobre esse propósito, sobre as pessoas se sentirem “eu posso falar sobre aquilo”, empodera mesmo “eu posso, escrevi um texto, estou num jornal”, é muito legal, é muito empoderador.

<sup>39</sup> O nome citado pela entrevistada foi alterado para que se preserve a identidade da pessoa mencionada.

Por fim, destaca-se a percepção do potencial educativo da comunicação comunitária para a cidadania e para os direitos humanos contribuindo, como coloca Peruzzo (2004, p. 158) “para a democratização da sociedade e a conquista da cidadania”, ou seja:

[...] aprender a participar politicamente da leitura do bairro e da escola para os filhos, a apresentar sua canção e seu desejo de mudança, a denunciar condições indignas, a exigir seus direitos de usufruir da riqueza gerada por todos, por meio de melhores benefícios sociais e de salários mais justos, a organizar-se e a trabalhar coletivamente. (PERUZZO, 2004, p. 158)

Esta perspectiva é encampada por **Mara Sara Jacarandá**:

Você vai dar importância para a sua comunidade. Você vai poder falar tanto dos lados bons quanto dos lados ruins da sua comunidade. Você vai conseguir despertar reflexões de direitos. E a outra coisa é a parte cultural, de valorização da cultura, você vai poder falar de uma artista, onde você vai poder falar de uma feirinha que está acontecendo e a gente não sabe, vai poder financiar o seu bairro, vai poder falar sobre o seu bairro, valorizar o seu bairro e vai ver que tem potências, porque muitas vezes dentro das periferias a gente acha que só quem pode fazer reportagem é o William Bonner, porque ele é o cara, mas não é verdade.

Estas são umas das múltiplas potencialidades que a experiência da comunicação comunitária possibilita quando está “inserida na dinâmica dos movimentos, gerando-se a partir deles e, como consequência, caminhando na mesma direção por eles apontada. ”, como sinaliza Peruzzo (2004, p. 158).

A seguir, apontaremos alguns desafios no âmbito da comunicação comunitária percebidos nesta pesquisa.

#### **4.4. Os desafios enfrentados na comunicação comunitária**

Se por um lado há um número grande de potencialidades a serem destacadas quanto à produção de comunicação comunitária, ao seu potencial transformador e o seu evidente sentido político, por outro há muitos desafios que estão constantemente presentes. Parte dos desafios observados e que aparecem nas falas das pessoas entrevistadas já foram apontados por Peruzzo (2004). Porém, novos desafios aparecem, e em alguma medida possam ser percebidos em outras realidades e territórios, juntos com outros que são particulares desta comunidade.

O primeiro desafio constatado foi a dificuldade de fazer chegar os conteúdos produzidos pela Agência à comunidade. Este desafio é recorrente nas produções de comunicação comunitária “Um jornal ou boletim informativo, por exemplo, só chega a um número restrito de moradores do bairro e, quase sempre, àqueles já conscientizados ou sensibilizados para a luta.”, como aponta Peruzzo (2004, p. 149). **Mara Sara Jacarandá** e **Rafaela Nunes** corroboram esta percepção:

Acho que muitas pessoas não têm o hábito da leitura, o jornal foi algo que foi se perdendo ao longo do tempo, então precisa e retomar esse hábito de falar “nossa, deixa eu ver o que está acontecendo na minha comunidade”, sem precisar necessariamente ver pelas emissoras de TV que não vão falar sobre nosso bairro, que vão falar de ações tão macro que a gente nem sente que nos influenciam. [...] E um pouco do desafio é porque acho que a gente tem poucos leitores oficiais.

Eu acho que a gente ainda tem dificuldade de trazer mais e mais pessoas e fazer com que esse conteúdo acesse mais e mais pessoas. É um contraponto de escassez e abundância no território. Ao mesmo tempo que a gente tem muita gente querendo fazer algo, tem muita gente que não está tão apropriado desse tipo de conteúdo para acessá-lo. Aí gera uma falta de interesse e tudo mais.

Ainda do ponto de vista do acesso, foi apontado o desafio de mobilizar ainda mais pessoas para a produção e participação da Agência, para que ela seja feita por muito mais mãos da comunidade. É válido refletir que a Agência nasceu e tem se desenvolvido na Pandemia da Covid-19, sendo um limitador para que possa estabelecer o diálogo mais próximo com a comunidade, como apontam **Rafaela Nunes** e **Alef de Paula Santos**.

[...] Então eu acho que a gente ainda precisa pensar em estratégias para superar esse desafio de que mais pessoas acessem o conteúdo, que mais pessoas contribuam na escrita e nas reflexões que o jornal está pensando. Então eu acho que é um desafio, eu espero que a gente consiga atingir esse desafio, ultrapassar esse desafio de conseguir trazer mais pessoas tanto para ler o jornal quanto para escrever o jornal.

O maior desafio é encontrar as pessoas, os poetas para eles se expressarem, as vezes eles ficam muito retraídos. Eu conheço muito poeta aqui na região, não só aqui no bairro onde eu vivo, mas na região eu conheço muitos poetas e quando eu vou falar do *podcast* ou de alguma coisa assim eles ficam meio acanhados, eles acham que eles não são suficientes. Acho que esse é o maior desafio, de ajudar eles também a mostrar que a poesia não é só isso, não é só ter nome, é um lance que tem que gostar.

Um dos questionamentos feitos aos/as entrevistados/as foi a motivação para que deixassem de participar da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*. As respostas obtidas podem ser lidas também como os desafios a serem observados. O jovem

**Alef de Paula Santos** respondeu que o envolvimento com políticos (no sentido partidário) seria o motivador para a sua saída da *Vozes Daqui de Parelheiros*. Essas “ingerências políticas” são uma das limitações presentes em projetos de comunicação comunitária apontadas por Peruzzo (2004, p. 154), mas que não está presente no desenvolvimento da Agência. Este temor é explicado:

Eu acredito que só se se envolvesse com políticos. Porque eu acho que a partir do momento que começa a se envolver com político, começa a distorcer as coisas.

A entrevistada **Mara Sara Jacarandá** afirmou que a falta de prioridade com o projeto em relação às outras atividades que desenvolve seria um motivador para deixar de participar, apontando para mais um desafio: tornar o projeto algo importante para as pessoas que o fazem, deixando clara e evidente a proposta e a relevância do projeto.

Talvez a falta de prioridade. A gente fala falta de tempo, mas na verdade é falta de prioridade. Se as coisas ficarem muito cheias no meu mundinho pessoal e eu acabar deixando como um projeto secundário, a faculdade, o trabalho e não dar tempo. Mas acho que é falta de prioridade mesmo. Acho que por isso essa constante divulgação é importante, pra gente continuar lembrando porque o trabalho é importante, porque o jornal tem que ser prioridade.

Outro desafio a ser enfrentado é a questão financeira. Refletindo sobre as adversidades enfrentadas pela comunidade, **Rafaela Nunes** afirma que deixaria o projeto caso tivesse a oportunidade de um trabalho que, mesmo que demandasse a maior parte do seu tempo, gerasse uma renda maior. Este é um ponto importante, uma vez que estamos desenvolvendo um projeto em uma região periférica, onde as necessidades básicas como a alimentação, a moradia, a educação, a saúde são objeto de busca e preocupação:

Eu acho que, querendo ou não a gente pensar um território de Periferia, dos extremos, e a gente pensar como as pessoas vivem muitas vezes com muito pouco, com o salário muito baixo para sustentar toda uma casa, eu acho que neste momento a única coisa que me faria deixar o Jornal seria um trabalho onde eu ganhasse muito bem, sei lá, R\$ 5.000 por mês, e precisasse me dedicar somente a ele, não teria mais tempo para participar das ações, para escrever para o jornal e não tivesse mais esse tempo. E acho que se eu fosse para um trabalho que eu não tivesse que me dedicar 100%, eu iria fazer o possível para estar por dentro das ações. Seria a única coisa que eu deixaria de escrever para o jornal.

A questão financeira também é um ponto de preocupação para a Organização. Uma vez que as Organizações Sociais já enfrentam a carência de recursos para desenvolver a própria

comunicação, obter recursos para manter os projetos de comunicação popular somam-se a essa preocupação, como explica [Claudia Dias Nogueira](#):

[...] então esse olhar da comunicação organizacional é um desafio para o terceiro setor, seja porque o terceiro setor tem poucos recursos, e esses recursos são superescassos para investir na área da comunicação, o percentual de investimento na comunicação no terceiro setor é baixo. Então acho que é isso de desafio institucional e que está literalmente atrelado à questão do projeto, eu vejo essa questão de garantia de recurso. Então, como a gente consegue garantir recursos para que esse projeto tenha começo, meio e se tornar um projeto de longo prazo e para além de um projeto, se torne uma prática comunitária.

Segundo Peruzzo (2004, p. 153) a carência de recursos financeiros é um desafio muito presente na realidade da comunicação popular/comunitária “O problema financeiro é um complicador da comunicação popular, podendo tanto pôr em risco sua geração como até mesmo inviabilizar sua continuidade, pois a auto-sustentação, que seria um dos pilares de sua autonomia, é um problema de difícil solução.”

Ainda, os saberes e conhecimento técnicos necessários para se fazer comunicação comunitária e para a execução das produções foi apontado como um desafio, garantindo que, tanto os membros da Organização quanto a comunidade, adquiram esses conhecimentos. A falta de competência técnica é uma das limitações das ações de comunicação popular apontadas por Peruzzo (2004, p. 150) e indicadas pela entrevistada [Claudia Dias Nogueira](#):

Outro desafio é a própria estruturação, do ponto de vista de quais conhecimentos a gente precisa ter e quais conhecimentos a comunidade precisa buscar, ampliar e estruturar melhor, porque a gente acredita que a comunidade é detentora de conhecimento, mas como ela busca as ferramentas para colocar essa Agência de pé. Acho que também é um grande desafio você ter nessa Agência pessoas que possam se formar cada vez mais no tema da área de comunicação e educomunicação para fortalecer a parte técnica.

O alinhamento entre a proposta da Agência e a prática, ou seja, as práticas ancoradas na participação popular, tendo a comunidade como protagonista, garantindo que ela exerça o direito à comunicação, aparece como um desafio.

Então o desafio é a gente sempre se manter alinhado com o que a gente propaga, com o que a gente acredita, como que a gente diz que essa Agência é uma possibilidade de promoção e garantia de direito humano e constrói essa agência a partir e com a comunidade.

Por último, mas igualmente importante, constituir um trabalho em rede com outros movimentos de comunicação popular, com organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas, bem como incidir politicamente para que esta não se torne apenas uma prática isolada, mas que ganhe corporeidade e se desenvolva de fato como um direito garantido.

Acho que outro desafio é de como essa Agência consegue se articular em rede para que sua atuação não seja só no território de Parelheiros, mas como iniciativa ela se fortaleça e fortaleça outras iniciativas e trabalha em rede para levar essa discussão do direito à comunicação para outros lugares, para além de Parelheiros, para outros espaços públicos, privados e da sociedade civil. Da articulação com as políticas públicas, eu acho que também é um desafio da Agência é buscar incidência em políticas públicas. A gente tem discutido muito, do ponto de vista de como a gente usa o FUSC, que é o fundo nacional dedicado à área da comunicação. Então como a gente dialoga com o setor público para poder usar esses recursos e dar o acesso, que é um desafio nacional, acesso à internet, acesso à recursos para atuar na área da comunicação, acesso ao letramento digital, porque hoje a comunicação tem se dado muito no âmbito também online, buscando esses meios via internet.

Muitos são os desafios a serem enfrentados, tanto pela Organização quanto pelos membros da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*. Porém, como já visto, são inúmeras as já experimentadas potencialidades da comunicação comunitária, tanto para o desenvolvimento pessoal e coletivo, quanto para o território.

#### **4.5. O Comunicador Comunitário**

Parte das perguntas destinadas ao/as jovens buscou saber a compreensão do que é comunicação e como atua o/a comunicador/a comunitário/a. Antes de enfocarmos o perfil do comunicador comunitário, veremos como os/as integrantes da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros* compreendem a comunicação. Presente nas premissas da *Vozes Daqui de Parelheiros*, há o entendimento de que a comunicação é um direito humano. Ao serem questionados/as o que é comunicação, apenas um/a dos três entrevistados/as compreendem a comunicação como um direito fundamental. Para as membras da Organização, o entendimento de comunicação como direito está claro, como bem visto nas falas de **Claudia Dias Nogueira** e **Bel Santos Mayer**. Porém, foi percebido na fala de um dos entrevistados a compreensão da comunicação do ponto de vista do acesso à informação. Por fim, compreende-

se comunicação no sentido de trocas de conhecimentos, ideias e experiências, como se depreende por suas falas:

Comunicação para mim é um direito fundamental porque ela é uma das bases. Comunicação é o que torna a gente humano. Se a gente não tivesse capacidade de transmitir o nosso conhecimento ou de ter esses símbolos que a gente construiu ao longo da história, a gente não conseguiria construir o que a gente tem. Então foi por base desses símbolos que a gente criou para conseguir ter esses acessos em comum e ter esse conhecimento em comum que a gente conseguiu construir a sociedade que a gente tem. Então para mim é uma base de sociedade mesmo, e é um direito fundamental das pessoas, que a gente mal sabe.

Comunicação para mim é um meio de informação entre as pessoas, é um meio das pessoas se comunicarem para se informar de um determinado assunto.

Eu entendo que comunicação é tudo aquilo que a gente possa buscar informação, informar, de estar por dentro, ter conhecimento, acessar conhecimento de iniciativas, de projetos e ter acesso à informação, que consiga compartilhar ideias, experiências, conceitos, teorias e consiga acessar os públicos mais diversos. Para mim comunicação é isso.

Também foi perguntado aos/às três jovens entrevistados qual o papel e o que faz um comunicador comunitário, a fim de traçar um perfil deste comunicador, a partir das experiências individuais e coletivas na *Vozes Daqui de Parelheiros* e na comunidade.

Uma característica levantada foi a de que o/a comunicador/a comunitário/a promove a conscientização das pessoas de que a comunicação é um direito através de suas ações na comunidade. Um/a comunicador/a popular/comunitário/a é também um educador popular para a cidadania em suas comunidades, como já discutido por Peruzzo (2004) e entendido por **Mara Sara Jacarandá**:

Ele diz para as pessoas que comunicação é um direito. Eu acho que essa é a principal coisa. E ele exerce esse direito, ele participa, ele fala. Na verdade, a comunicação é mais do que a fala, é mais do que dizer ao outro. Ele divulga e ele é aquela pessoa referência naquilo. Ele acredita naquilo ao ponto de convidar outras pessoas a fazer comunicação, a divulgar comunicação e criar seu leque de comunicação. A pessoa do fazer, a pessoa da ação.

Segundo Kaplún (1985, p. 100), o comunicador popular procura sempre ouvir as demandas de suas comunidades, um trabalho de escuta para que possam, a partir dali, realizarem suas produções. Esta característica está presente nas falas dos jovens entrevistados. Apresentam ainda que o comunicar comunitário tem um trabalho de porta-voz em suas comunidades, e por ter essa função, precisa escutá-la e dialogar com ela.

*No es difícil percibir lo que estos ejemplos tienen de común: todos los grupos aquí citados comienzan "yendo a la gente", partiendo de la gente y de su realidad. Todos hablan de recoger; de comenzar recogiendo, Aunque todavía no se plantean la participación directa de la comunidad en la producción de los mensajes -porque saben que eso no siempre es posible desde el comienzo-, empiezan por conocer y escuchar a sus destinatarios, por tomar en cuenta sus necesidades y aspiraciones para verterlas en sus mensajes. (KAPLUN, p. 100)*

Também os/as jovens entrevistados/as elaboram sobre a ação do/a comunicador/a popular no território em que vive e atua, como visto nas falas de **Alef de Paula Santos** e **Rafaela Nunes**.

**Eu acredito que ele tem que trocar ideia com a comunidade primeiramente, saber o que está acontecendo aqui na região, no bairro que mora, são pessoas espalhadas nos nossos bairros, saber o que está acontecendo com essas pessoas e saber o que elas precisam, de educação, eu acho que mais este meio, tentar trazer ela de alguma forma.**

**Eu acho que é um trabalho de porta-voz. Eu tenho falado muito nas minhas ações de tradução, de tradução de comportamentos quando a gente pensa as pessoas com deficiência, intelectual principalmente, e eu acho que o trabalho do educador comunitário é de ser porta-voz, é de traduzir algumas coisas que não chegam para outros públicos, porque eu acho que a gente não pode deixar de entender a questão de classe, a forma que a comunicação é feita, para elite, não é a mesma forma que é feita para Periferia e quando é, fica aí uma defasagem, muitas vezes eu não vou entender certas palavras que usou, ou algo do tipo. E eu acho que o comunicador comunitário tem que fazer esse trabalho de ser porta-voz das demandas, das necessidades que a Periferia tem e não só física, de alimentação, de assistência, mas também de cultura e de lazer. Então ser porta-voz dessas demandas e traduzir também conteúdos que muitas vezes são elitizados. Eu acho que para mim é isso. [...] Não tem como você ser porta-voz, por exemplo como eu trouxe aqui, sem você escutar a sua comunidade, sem escutar as pessoas que você têm a sua volta. Quando você pensa comunicação comunitária, não é só o que eu penso, é o que o meu território pensa, o que a minha comunidade pensa. Como é que eu vou falar pela minha comunidade se eu não escutar a minha comunidade?**

Kaplún (1985) completa que a função do comunicador popular/comunitário não é de ser um emissor na sua comunidade:

*La función del comunicador en un proceso así concebido, ya no es la que tradicionalmente se entiende por "fuente emisora", Ya no consiste en transmitir sus propias ideas. Su principal cometido es el de recoger las experiencias de la comunidad, seleccionarlas, ordenarlas y organizarlas y, así estructuradas, devolverlas a los destinatarios, de tal modo que éstos puedan hacerlas conscientes, analizarlas y reflexionarlas. (KAPLUN, 1985, p. 101)*

Ainda, vale destacar que na fala de **Rafaela**, a ação do/a comunicador/a comunitário/a é de comunicar as demandas de suas comunidades, colocando as necessidades como a alimentação, a saúde e a educação, no mesmo nível que a cultura e o lazer. Segundo Peruzzo (2004, p. 152) muitas vezes, os conteúdos de comunicação comunitária dão destaque excessivo aos conteúdos enunciativos e pouco ou nenhum às manifestações artísticas e culturais:

Esse tipo de conteúdo pode fazer parte das mensagens populares, mas há que se evitar dar destaque excessivo aos aspectos sociológicos, políticos ou econômicos e menosprezando ou ignorando outras manifestações do campo existencial e cultural. Mais espaço para o lazer, o deleite e a fantasia poderiam ajudar a conferir maior atratividade aos micromeios, já que fazem parte do mundo dos anseios e dos interesses das pessoas, na busca de felicidade. (PERUZZO, 2004, p. 152)

Por fim, nos interessou saber, dado às ações que desenvolvem no território, inclusive as ligadas a *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*, se eles se consideravam comunicadores e porquê. Dois responderam de imediato que sim, porém com perspectivas de melhorar sua atuação ou justificando a partir das ações e grupos com que estavam envolvidos/as, percebido nas falas de **Mara Sara Jacarandá** e **Alef de Paula Santos**. Porém as respostas não foram muito claras ao tentarem explicar o porquê. Já **Rafaela Nunes** respondeu que nunca havia pensado sobre o assunto, mas que acredita ser uma comunicadora comunitária na comunidade onde vive:

**Sim. Acho que ainda tenho muito o que melhorar. Eu percebo hoje em dia que tem muitos erros de comunicação gigantes, tanto no desenvolvimento no time, quanto na minha própria família, dos meus relacionamentos pessoais, eu vejo como eu ainda me limito a um nicho de comunicação que já existe. Mas agora eu já venho me desenvolvido muito mais. [...] Eu sempre gostei muito de falar, de exercer, de precisar de estar fornecendo essa comunicação, mas eu entendo que mesmo como educadora eu tenho falhas gigantescas e ainda é uma ignorância muito grande nessas áreas, mesmo ainda tentando comunicar às pessoas, porque é muito grande, tão fundamental que é um negócio que precisa estar trabalhando, exercendo, pesquisando sempre. Incrível.**

**Eu acredito que sim. Por causa dos movimentos que eu participo, da biblioteca. [...] Ano passado eu articulei com a professora lá do Ernestino, uma ação que era com os idosos da região do Colônia, o projeto Renascer terceira idade, onde a gente ensinava elas a pintar pano de prato, colocar uma arte no pano de prato, querendo ou não virava uma coisa sustentável porque elas poderiam vender depois, no final do projeto nós fizemos uma feirinha para elas expor os trabalhos delas. E o coletivo também que eu faço parte, querendo ou não eu estou trabalhando com a comunidade, estou dando alguma coisa ali para eles e eu quero que eles absorvam aquilo de alguma forma, de uma forma boa, e que eles entendam que é para o bem deles. [...] Eu acredito que sim, porque eu estou passando uma informação, o que eu vivo estou passando para *podcast*.**

Olha, bem complexo. Eu não tinha pensado se eu sou uma comunicadora. Eu acredito que sim. Nessa pandemia principalmente eu tenho atuado muito pelas plataformas digitais. Eu acredito que sim, eu sou uma comunicadora pelo trabalho que eu faço de tradução de conhecimentos, de levar os conhecimentos que adquiro com a minha comunidade, todo o contexto que eu vivo, de levar este contexto para outros espaços. Muitas vezes eu estive em lugares muito elitizados que eu nunca imaginei estando naquele espaço, dando palestras, fazendo rodas de conversa, como participante de rodas de conversa, de cursos, e eu levar as minhas vivências e os conhecimentos que o pessoal da minha comunidade me passa e que eu troco essas experiências, eu acho que já é uma forma de comunicação, de levar esses conhecimentos para outros espaços. Mas também tenho feito isso com a escrita através do Vozes Daqui [de Parelheiros], com os posts nas redes sociais, através de rodas de conversa, então eu acredito que sim.

Esta identificação não tão direta (ou ainda a não identificação) como comunicadores pode se dar pela não formação de nenhum dos entrevistados na área, pela autocrítica ou ainda pela recente atuação e desenvolvimento do projeto no território, com perspectivas futuras de oferecerem formações no assunto para os membros e para a comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arelada à história da Educomunicação, as discussões teóricas e as práticas da comunicação popular/comunitária têm se feito presente nas *práxis* das diversas gerações de educadores. Com este trabalho, portanto, espero contribuir para a reflexão sobre este campo fértil que é a comunicação popular/comunitária.

Apesar de diversas normativas legais construídas a partir de lutas históricas pautarem o direito à comunicação, é evidente que seu controle está restrito e concentrado nas mãos de poucos grupos com um perfil muito específico: em sua maioria homens, brancos e de camadas com alto poder aquisitivo. Esta concentração vai na contramão de uma sociedade democrática e de direitos. Outra questão é que muitos destes grupos estão ligados à interesses religiosos, políticos, econômicos e sociais (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, S/D).

A internet, fenômeno que marca o contexto atual, crucial inclusive para a constituição de direitos, não chegou aos lares de muitas famílias, nem mesmo por meio dos aparelhos celulares. Seu alto custo, a necessidade de letramento digital, a exclusão digital e as condições precárias que atingem especialmente grupos racializados no país, são muros que ainda precisam ser derrubados. Pensar o direito à comunicação exige necessariamente pensar o direito à internet, bem como aos equipamentos que possibilitam seu acesso, uma vez que as relações sociais, de poder, e as atividades econômicas e comunicacionais têm se reorganizado a partir dela. Como afirma Sodré (2012, p. 166) “Não se trata apenas, portanto, de agigantamento da informação pública, e sim de uma reorganização do mundo e da produção, das finanças, da política e das comunicações, tanto no nível das relações interpessoais como dos dispositivos de mídia.”.

A partir das perspectivas de Mario Kaplún (1985) e Paulo Freire (2013, 2019a e 2019b), compreendemos que a comunicação e a educação como práticas de liberdade são dialógicas, participativas, problematizadoras, críticas, com o povo como protagonista, a serviço de seus interesses, feita por e para ele. Também, a comunicação só é possível através do diálogo, em uma relação horizontal entre os sujeitos. Da mesma forma a comunicação que compreendemos é um ato educativo, assim como a educação é um ato comunicativo.

No trajeto de produção deste trabalho, que também reflete sobre minha *práxis* enquanto educador, foi de grande importância compreender qual o conceito de comunicação comunitária a ser adotado, principalmente a partir dos estudos de Cicilia M. Krohling Peruzzo (2004, 2007, 2009a e 2009b), uma vez que as diversas modalidades (popular, comunitária e alternativa) têm sido compreendidas de forma errônea, diferente daquelas surgidas nos

movimentos sociais. Esta modalidade de comunicação tem suas características fundadas no protagonismo do povo/comunidade, a partir de práticas coletivas e horizontais, considerando seu potencial educativo, e é essencial para o exercício da cidadania e da democracia. Esta modalidade de comunicação tem permitido que populações subalternizadas, grupos socio acêntricos e desassistidos pelo Estado acessem a comunicação em seus territórios, quando se tem efetivamente a participação popular.

Embasados nestas discussões, a pesquisa empírica realizada no presente trabalho nos ajudou a observar na prática social como são os processos no interior do movimento de comunicação comunitária, da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*, a partir das experiências das pessoas envolvidas, inclusive, como já citado anteriormente, através das minhas observações e participação na Agência.

A constituição de um Conselho Editorial para a concepção, estruturação e elaboração da Agência e de seus conteúdos, com a participação efetiva de representantes da comunidade é importante para que se estabeleça relações horizontais, e que permitam que a produção comunicativa seja efetivamente construída com a comunidade, abalando tendências autoritárias que são geralmente reproduzidas por lideranças, como já exposto por Peruzzo (2007, p.24).

As representantes do IBEAC nesta pesquisa apontaram algumas das motivações e a importância para que Organizações Sociais incentivem a comunicação comunitária nos territórios onde atuam. O interesse da comunidade em desenvolver a comunicação comunitária é o primeiro motivador. O potencial de desenvolvimento crítico a respeito das falas de terceiros sobre o território e sobre as pessoas que moram nele é aguçado, construindo suas próprias narrativas e se desvinculando da relação “bancária” (FREIRE 2019a) da comunicação hegemônica. Concebem também a comunicação enquanto um direito humano e apontam para a necessidade de se desenvolver essa percepção no território. Por fim, a possibilidade de amplificação das vozes que nunca foram ouvidas denota as motivações de se desenvolver esta modalidade de comunicação.

Assim, pude constatar que a Organização Social tem um papel importante no fomento à comunicação comunitária no território, colaborando com o seu repertório, ativando e articulando redes de parceiros/as existentes e futuras, se preocupando e buscando recursos financeiros, aplicando metodologias de gestão e atuação que consideram as expertises dos/as comunitários/as e valorizam seus saberes, o oferecimento de formações e capacitação dos/as interagentes, etc.

Quanto aos interesses dos/as jovens entrevistados/as em participarem das produções da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros* destaca-se a possibilidade

de inspirar e de impactar positivamente as suas comunidades, bem como a valorização da autoestima, tanto pessoal quanto coletiva.

As inúmeras potencialidades da Comunicação Comunitária desenvolvida nos territórios, a partir dos Movimentos Sociais e da participação efetiva da comunidade, tem sido apontada nos estudos de Peruzzo (2004). O trabalho em rede com outros coletivos e grupos de comunicação comunitária no território; a valorização e incentivo da cultura e das artes, a contribuição para a valorização das potencialidades do território através das narrativas próprias, contribuindo para a desmistificação da “história única” (ADICHIE, 2019) sobre este território que tem sido narrado pelas vulnerabilidades; o empoderamento e a contribuição para a autoestima e o potencial educativo da comunicação comunitária para a cidadania e para os direitos humanos são as potencialidades apontadas pela juventude entrevistada.

Contudo, muitos são os desafios presentes no desenvolvimento de projetos de comunicação comunitária, como já apontados por Peruzzo (2004). O baixo alcance das produções é uma dificuldade recorrente nos projetos desta modalidade de comunicação, também presente na *Vozes Daqui de Parelheiros*. Certamente, como já visto, é significativo que os podcasts da *Agência De Comunicação Comunitária Vozes Daqui De Parelheiros* tenham chegado à muitos estados brasileiros e inclusive em outros países, mas o número de reproduções por episódio ainda é baixo. Também é importante considerar que estes conteúdos circulem entre a própria comunidade, uma vez que se busca alcançar outras referências, outras narrativas e outras possibilidades de ver o território e os moradores que vivem nele, aspirações presentes na fala das pessoas entrevistadas. Os dados de acesso às produções pela comunidade de Parelheiros ainda não são mensuráveis em sua totalidade, uma vez que os conteúdos são distribuídos também via arquivo de áudio pelo Whatsapp. No que diz respeito à faixa etária do público leitor/ouvinte, o público jovem é o que menos acessam os conteúdos, sendo necessária uma maior atenção para este público quando às produções futuras da Agência.

Há o interesse, por parte dos jovens entrevistados e da Organização, que mais pessoas do território participem da Agência e realizem as produções, não só àqueles ligados a outros projetos desenvolvidos pelas Organizações envolvidas (Amara Cozinha Saudável, Acolhendo em Parelheiros, Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, Centro de Excelência em Primeira Infância, Parelheiros Saudável Territórios Abraçados). A ampliação é prevista para a próxima etapa de desenvolvimento da Agência a partir do financiamento recebido do Edital Vai I. Considero esta ampliação importante para que a Agência alcance seu objetivo de democratização da comunicação, colaborando para uma participação popular mais abrangente e diversa.

Do ponto de vista dos recursos financeiros, são observadas as dificuldades em dois níveis, sendo 1) do nível pessoal, em relação à participação contínua das pessoas da comunidade, uma vez que as urgências financeiras estão presentes diariamente em suas vidas e o trabalho que demande parte considerável do seu tempo mas que se reverta em condições financeiras favoráveis pode ser um limitador para sua participação e 2) do nível organizacional, já que a Organização preocupa-se com a obtenção de recursos financeiros para dar continuidade ao projeto, uma vez que estes recursos são escassos.

A apropriação de saberes e conhecimentos técnicos para o desenvolvimento da Agência é sinalizada como uma preocupação, podendo assim restringir o potencial dos veículos utilizados, como também apontado por Peruzzo (2004, p. 150). Está no norte da Organização desenvolver a Agência e se articular em redes para a incidência em políticas públicas.

As gestoras da organização compreendem a comunicação como um direito humano, sendo isto um dos motivadores para estimular a comunicação comunitária no território, como já citado. Porém, essa percepção não está presente diretamente em todas as falas dos/as jovens entrevistados/as, mesmo sendo esta uma das premissas da *Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros*. Vale lembrar que a Agência está no início de seu desenvolvimento, não tendo proporcionado formações a respeito do tema, apesar do debate estar presente nas discussões com os/as interagentes dos projetos. Estas formações também estão previstas para as próximas etapas do desenvolvimento da Agência. Considero que estas formações serão essenciais e contribuirão para a percepção da comunicação como um direito.

Ainda, o/as jovens, quando questionado/as se se veem como comunicadores/as, as respostas não foram muito claras. Acredito que isto pode se dar justamente pela pouca ou nenhuma formação na área, ou pela autocrítica a respeito do que produzem no interior da Agência.

A partir das experiências dos/as jovens na *Agência De Comunicação Comunitária Vozes Daqui De Parelheiros*, de outras ações que desenvolvem no território e das contribuições de Kaplún (1985) e Peruzzo (2004), foi possível traçar algumas características de um/a comunicador/a comunitário/a, sendo elas 1) o/a comunicador/a comunitário/a busca promover a conscientização de sua comunidade quanto ao direito à comunicação, estimulando que ela exerça este direito, sendo assim um/a comunicador/a e educador/a popular/comunitário/a, ou seja, um/a educador/a popular, 2) o/a comunicador/a comunitário/a busca ouvir as demandas de suas comunidades, dialogar com ela e se colocar a serviço dela, para que assim seja um/a porta-voz do território, o que nos leva a compreender que 3) o/a comunicador/a comunitário/a busca não reproduzir uma relação “bancária” de sujeito-emissor e comunidade-

receptor, 4) o/a comunicador/a comunitário/a considera as necessidades e os direitos à alimentação, saúde e educação da mesma forma que as necessidades e os direitos à cultura, ao lazer e à arte, trazendo isso em suas produções.

Através das considerações obtidas até aqui, pode constatar que a comunicação comunitária, quando pautada nos princípios da autonomia, da criticidade, com a comunidade como protagonista dos processos, é uma possibilidade de se exercer o direito humano à comunicação, o exercício da democracia e da cidadania pelos grupos subalternizados e desassistidos. Em suma, a *práxis* da comunicação popular/comunitária no Brasil é uma importante conquista para os grupos sociais que dela se servem, denotando um processo político-educativo para as populações que tradicionalmente não participam das tomadas de decisões que dizem respeito a elas, como afirma Peruzzo (2004, p. 158).

Por fim, as reflexões obtidas neste trabalho buscaram contribuir para as discussões do campo da comunicação e educomunicação a respeito da comunicação popular/comunitária, mesmo que de forma inicial.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA VOZES DAQUI DE PARELHEIROS. *Homepage*. Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros. Disponível em <<https://comunica068.wixsite.com/vozesdaqui>>. Acesso em 23 dez. 2020.

ALCURI G.; LUGON, J.; CARVALHO, L.; ZÔRZO, N. **Relatório MacBride** – História, importância e desafios. Brasília: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas-SINUS, 2012. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>>. Acesso em 03 dez. 2020.

ANDRADE, L. **Circuito Literário nas Periferias (CLIFE) e a construção da Festa Literária de Parelheiros (FELIPA)**. Fundação Tide Setubal. Notícias. 23 de abr. 2019. Disponível em <<https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3917/circuito-literario-nas-periferias-clife-e-a-construcao-da-festa-literaria-de-parelheiros-felipa>>. Acesso em 16 de nov. 2020.

AQUINO, R. **Usabilidade é chave para aprendizado em EAD**. 21 Jan. 2005. Institute for Learning & Performance Brasil. Disponível em: <<https://www.learning-performancebrasil.com.br/home/noticias/clipping.asp?id=1855>> Acesso em: 03 dez. 2020.

BASÍLIO, A. L. **Colônia e Ries**: as únicas crateras habitadas no mundo. Instituto Claro. 21 jun. 2012. Educação. Disponível em <<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/colonia-e-ries-as-unicas-crateras-habitadas-no-mundo/#:~:text=De%20acordo%20com%20projeto%20de,sendo%20que%2C%20destas%2C%20apenas%20a>>. Acesso em 16 de nov. 2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 06 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.998, de 17 De Agosto De 2000**. Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19998.htm)>. Acesso em: 7 Nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Planalto. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm)>. Acesso em 06 de out. 2020

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm)>. Acesso em: 7 Nov. 2020.

BRASIL. **PL 172/2020**. Altera a Lei Geral de Telecomunicações e a Lei do Fust, para modificar as finalidades e a destinação de recursos do fundo. Prevê a administração do Fust por um Conselho Gestor. Senado Federal. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140555>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

CAMBA, S. V. **Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos: Direito à Comunicação**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais - Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2017/06/DIREITO-A-COMUNICA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em 06 out. 2020.

CITELLI, A.; COSTA, M. C. C. “Apresentação”. In: **Educomunicação**. Construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

COALIZÃO DIREITOS NA REDE. **Nota da Coalizão Direitos na Rede pela aprovação do PL 172/20 - Coalizão Direitos na Rede**. Coalizão Direitos na Rede. Notas. Nov. 2020. Disponível em: <<https://direitosnarede.org.br/2020/11/04/nota-da-coalizacao-direitos-na-rede-pela-aprovacao-do-pl-172-20/>> . Acesso em: 7 Nov. 2020.

CPCD - CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO. **Quem é Tião?** Tião Rocha. Disponível em <<http://www.cpcd.org.br/tiao-rocha/>> Acesso em 07 dez. 2020.

CPCD - CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO. **Homepage**. Disponível em <<http://www.cpcd.org.br/>>. Acesso em 07 dez. 2020.

DORNELLES, B. **Divergências conceituais em torno da Comunicação popular e comunitária na América Latina**. Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, p. 1-18, ag. 2007. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/176/177>>. Acesso em 31 de out. 2020.

FIGARO, R.; NONATO, C. **Novos ‘Arranjos Econômicos’ Alternativos para a Produção Jornalística**. Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura, p. 47-63, jan-abr, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/temporaneaposcom/article/view/21451/14492>>. Acesso em 08 dez. 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Ebook.

FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. 45º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 71º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, T. S. **Métodos de pesquisa**. Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (org.); coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IBEAC - INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO. **Nosso jeito de Fazer**. Nosso Jeito de Fazer. Disponível em: <<http://www.ibeac.org.br/nosso-jeito-de-fazer/>> Acesso em 16 nov. 2020.

IBEAC - INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO. **Nosso Time**. Nosso Time. Disponível em: <<http://www.ibeac.org.br/sobre-o-ibeac/equipe-ibeac/>>. Acesso em 16 nov. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018. Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua: **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf)>. Acesso em 12 out. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019. Estudos E Pesquisas Informação Demográfica E Socioeconômica. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n.41, 2019. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em 12 out. 2020

KAPLÚN, Mario. **El Comunicador Popular**. Equador: Editorial Belem, 1985.

KAZAN, E. M. **Mulheres periféricas e autorrepresentação**: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia. 2020. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

LIMA, G. L. **Educação Pelos Meios De Comunicação**: Produção Coletiva De Comunicação Na Perspectiva Da Educomunicação. 2009. 135 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR. **Indicadores de Riscos à Pluralidade na Mídia**, 2017. Intervenções e Repórteres Sem Fronteiras. 2017. Disponível em <[http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/?\\_escaped\\_fragment=\\_dc5d95cbdbc82dc2d79813a06f7dd9c7%27&cHash=f18db3f047b76604a15bf86be4c468f3](http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/indicadores/?_escaped_fragment=_dc5d95cbdbc82dc2d79813a06f7dd9c7%27&cHash=f18db3f047b76604a15bf86be4c468f3)>. Acesso em 06 out. 2020.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR. **Afiliações Políticas**. Intervenções e Repórteres Sem Fronteiras, 2019. Disponível em <<http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>>. 2019. Acesso em 06 out. 2020.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR. **Quem controla a mídia no Brasil?** Intervenções e Repórteres Sem Fronteiras. s.d. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em 06 out. 2020.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR. **Proprietários da Mídia**. Intervenções e Repórteres Sem Fronteiras. s.d. Disponível em <<http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>. Acesso em 06 out. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/>>. Acesso em 04 out. 2020.

PAIVA, R. **O retorno da comunidade**: (os novos caminhos do social). Org. Raquel Paiva; prefácio Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt->

[BR&lr=&id=oDRyDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA69&dq=comunica%C3%A7%C3%A3o+comunit%C3%A1ria+e+autoestima&ots=cu2uxxage&sig=2m97jFleyoyzp1oxC9EYiHjN8Io#v=onepage&q=autoestima&f=false](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_COLOQUIO_peruzzo.pdf)>. Acesso em 18 nov. 2020.

PERUZZO, C. M. K. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação:** pressupostos epistemológicos e metodológicos. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, 2003. Disponível em <[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_COLOQUIO\\_peruzzo.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_COLOQUIO_peruzzo.pdf)>. Acesso em 16 nov. 2020.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. 3º ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** Revista Lumina, Juiz de Fora, v. 1, nº 1, p. 01-29, jun. 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>>. Acesso em 29 out. 2020.

PERUZZO, C. M. K. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** Revista ECO-Pós. v.12. n.2. p.46-61, maio-agosto 2009a. Disponível em <[https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/947/887](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/947/887)>. Acesso em 29 out. 2020.

PERUZZO, C. M. K. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009b. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108>> Acesso em 31 out. 2020.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Plataforma Agenda 2030.** Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil. PNUD e IPEA. Disponível em <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em 12 de out. 2020.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Parelheiros: uma cidade do interior dentro da metrópole. Histórico.** São Paulo, 2019. Disponível em <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/parelheiros/historico/index.php?p=411>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2019.** São Paulo, 2019. Disponível em <[https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa\\_Desigualdade\\_2019\\_tabelas.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf)>. Acesso em 16 de nov. 2020.

SOARES, I. O. **Educomunicação. o conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do ensino médio.** São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, L. V. MACHADO, P. S. (2017) “Escrivivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Psicologia Política, V. 17, Nº 39, p. 203-219. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2020.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2º ed. 2012.

SPOTIFY. **Vozes Daqui de Parelheiros**. Podcasts. Disponível em Disponível em <[https://open.spotify.com/show/1HUmVqggqEmgikyIT04np8d?si=K2\\_21qk\\_QxiV1yjjRfw2dg](https://open.spotify.com/show/1HUmVqggqEmgikyIT04np8d?si=K2_21qk_QxiV1yjjRfw2dg)>. Acesso em 23 dez. 2020.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Universal Declaration of Human Rights**. Tradução de United Nations Information Centre, Portugal, 1998. Disponível em <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 28 out. 2020.

VANNUCHI, C. **O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil**. São Paulo: Galaxia, nº 38, 2018, p. 167-180. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554232145>>. Acesso em 06 out. 2020.

## ANEXOS

### ANEXO A1 - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM JOVENS DA AGÊNCIA

- 1 - Conte-me sobre você (idade, escolarização, está há quanto tempo no projeto).
- 2 - Quais ações você desenvolve no território?
- 3 - Como você descreveria Parelheiros?
- 4 - O que é comunicação para você?
- 5 - Para você, qual a importância da comunicação para o desenvolvimento territorial e das ações que realiza?
- 6 - Qual o maior desafio de escrever para o jornal e/ou produzir o podcast? Das produções da agência, qual você mais gosta de participar? Porquê?
- 7 - Para você, qual a importância das produções de comunicação realizadas na Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros?
- 8 - Quais são os motivos para continuar escrevendo para o jornal digital ou produzindo os podcasts? E O que faria você deixar de participar da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros?
- 9 - O que faz um comunicador/a comunitário/a?
- 10 - Você se vê como um/a comunicador/a em sua comunidade? como?

**ANEXO A2 - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM COORDENAÇÃO (IBEAC)**

1 - Poderia se apresentar, contando um pouco quem é você, sobre sua trajetória, sua relação com o IBEAC e com o território de Parelheiros?

2 - Poderia apresentar um breve histórico sobre o IBEAC e os projetos desenvolvidos nesse território?

3 - Na trajetória do IBEAC, a comunicação comunitária já esteve presente no projeto Manancial de Cultura. Porque a instituição escolheu desenvolver projetos de comunicação comunitária?

4 - Por que o IBEAC, uma organização da sociedade civil, apoia projetos de comunicação comunitária no território onde atua? Qual a importância da comunicação para a atuação do Ibeac?

5 - Do ponto de vista institucional, como a organização compreende a comunicação?

**ANEXO A3 - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM GESTÃO DE PROJETOS (IBEAC)**

1 - Poderia se apresentar, contando um pouco sobre sua trajetória, sua relação com o IBEAC e com o território de Parelheiros?

2 - Poderia contar sobre os projetos desenvolvidos pelo IBEAC em Parelheiros?

3 - Como surgiu a ideia da criação da Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros?

4 - Como é a estrutura desta agência? Organização, Recursos humanos, financeiros e etc

5 - Como é o processo de produção dos programas? Quem cria os conteúdos? Apoio técnico?

6 - Quais são os maiores desafios que você percebe em relação às produções e à Agência?

7 - Na trajetória do IBEAC, a comunicação comunitária já esteve presente no projeto Manancial de Cultura. Do ponto de vista institucional, qual a importância de desenvolver projetos de comunicação comunitária em Parelheiros?

8 - Como a organização compreende a comunicação?

**ANEXO B - LINK PARA A GRAVAÇÃO NA ÍNTEGRA DAS CINCO ENTREVISTAS  
REALIZADAS PARA ESTA PESQUISA**

<https://drive.google.com/drive/folders/1J6JmVjjVDX7oh3WhvAb132LpR3rFjLZo?usp=sharing>